

V - A TÍTULO DE INCONCLUSÃO: ITINERÁRIOS BACHELARDIANOS NA SOCIOLOGIA

A ciência da sociedade, ou sociologia, herda em seu limiar caracteres pertinentes a uma concepção de ciência alicerçada em parâmetros que se anacronizam no início do século XX. Noutros termos, a sociologia se afirma como ciência à luz do paradigma clássico. No entanto, se a transformação científica, como assinala Bachelard, provocou uma revolução psíquica que se disseminou por todas as esferas da vida humana, é plausível conjecturar que o pensamento sociológico tenha sido também abalado. Cumpre, pois, interrogar qual a influência desses acontecimentos sobre essa ciência humana e se a configuração de novas práticas e métodos na ciência teriam propiciado um novo olhar sociológico.

Buscaremos com a discussão subsequente, ainda que sucintamente, explicitar de que modo a sociologia traz implícitos e bem delineados os princípios do modelo clássico da ciência, sofrendo radicalmente as suas influências. Ulteriormente, problematizaremos a relação da sociologia com o novo pensamento científico que se instaura neste século, equacionando a possibilidade de uma conjugação entre o pensamento bachelardiano e os caminhos (ou descaminhos) que se descortinam hoje para a sociologia.

Em meados do século XIX, a sociologia floresce cindida em dois modelos aparentemente antitéticos. O primeiro deles, de caráter explicativo, empenhar-se-á em transplantar a epistemologia e a metodologia das ciências naturais para o universo das humanidades e para a investigação da sociedade, aspirando, assim, à legitimidade e ao estatuto de ciência. A outra vertente enfatizará a separação entre ciências naturais e humanas. Considerando que essas últimas possuem um caráter compreensivo e não explicativo, essa Segunda perspectiva advogará em prol do distanciamento entre as humanidades e as ciências naturais, asseverando que, à radical diferença de objeto pertinente à cada uma dessas vertentes, subjaz a necessária adoção de métodos distintos. A primeira vertente cristalizar-se-á na postura positivista e terá como autores representativos A. Comte e, sobretudo, E. Durkheim; a segunda, encontrará seu expoente intelectual em Max Weber. Apontemos resumidamente as diferenças e similitudes entre ambas.

A sociologia incorpora em seu surgimento a noção de ordem marcada pela racionalidade científica, instaurando a possibilidade de corrigir as eventuais anomalias da

sociedade moderna. Nesse viés, reivindica para si a autoridade para prever o desvio, corrigi-lo, erradicá-lo. Logo, as premissas cartesianas constituir-se-ão como um prelúdio ao imaginário sociológico. O pensamento cartesiano define que o projeto humano, por excelência, aspira ao domínio totalizante da natureza, seja ela exterior ou interior ao homem. Será pela apropriação dos conhecimentos técnicos e pela maximização de suas potencialidades que o homem cumprirá sua sina: tornar-se mestre e senhor da natureza. Embrenhado no projeto racionalista de erradicar os enigmas do mundo, Descartes vai construir um sujeito do conhecimento que, no afã de moldar o mundo à condição de objeto do pensamento, logra a cesura entre inteligibilidade e mundo sensível. À primeira caberá a tarefa de devassar os mistérios do segundo. A pressuposição subliminar será a convicção de que essas esferas sejam em si mesmas inconciliáveis. Alicerçada nessa herança - e também nos modelos biológicos que propiciarão uma interpretação funcional da sociedade tal como a que é pertinente ao corpo humano - a sociologia de corte positivista começará a tecer um rígido edifício conceitual, por intermédio do qual buscará compreender a organização, a funcionalidade e as transformações da sociedade, supondo a inconsistência e mesmo a impossibilidade da vida social mediante a ausência de ordem.

Empírica por excelência, apropriando-se de princípios epistemológicos das ciências naturais e exatas, a sociologia durkheimiana vai sustentar que, para conhecer os fatos, torna-se imprescindível afastar as pré-noções, colocar em suspenso a subjetividade e analisar os fatos sociais em sua exterioridade e objetividade. Assim como a física determinará que as propriedades inerentes aos fenômenos que interessam à ciência limitam-se àquelas que podem ser quantificadas, a sociologia pretenderá extrair dos fatos humanos e sociais suas dimensões observáveis e mensuráveis. Nessa perspectiva, tanto a sociologia de A. Comte quanto a de E. Durkheim elegem o método de investigação das ciências naturais como o único legítimo para estudar, conhecer e controlar a sociedade, e para extrair dela suas regularidades. A máxima durkheimiana segundo a qual os fatos sociais devem ser tratados como se fossem coisas, é ilustrativa desse perfil primeiro que a sociologia adotará, no qual ao sujeito compete descobrir o fenômeno em sua objetividade e não criar: “Se existe um ponto fora de dúvida atualmente é que todos os seres da natureza, desde o mineral até o homem, dizem respeito à ciência positiva, isto é,

que tudo se passa segundo leis necessárias.”¹ Ou ainda: “A ciência social em particular, exprime o que a sociedade é em si mesma e não o que é aos olhos do sujeito que a pensa.”² Assim, com E. Durkheim, presenciaremos não apenas a valorização da exterioridade dos fatos sociais, mas, inclusive, uma verdadeira soberania do método. Traduzidas na observação e na experimentação, as regras metodológicas propiciarão a enunciação do funcionamento da sociedade, de suas leis e de sua racionalidade objetiva, viabilizando o exercício da previsão e do controle. Eis aqui as máximas cartesianas cotejadas.³

O objetivismo característico desse primeiro delineamento que a sociologia assume - e que se tornará predominante - subsiste de certa forma até os nossos dias e encontra forte oposição numa outra concepção de sociologia, de caráter subjetivista que se presentifica na sociologia weberiana⁴ (cf. Santos; 1989). A vertente subjetivista vai alegar que os fenômenos naturais possuem uma exterioridade indiscutível em relação ao homem. Contrariamente, as ciências sociais preocupam-se não com a natureza, mas com a experiência humana, que só pode ser captada em meio à subjetividade do indivíduo. Faz-se pertinente, pois, o intuito de estabelecer a observação e o caráter experimental para as ciências naturais ou exatas, visto que procuram obter informações mensuráveis que serão traduzidas em leis e regularidades. No caso das ciências sociais a definição de leis universais será inadequada, uma vez que os fenômenos sociais não permanecem incólumes às transformações históricas e culturais e se alteram com elas. Declinando diante das generalidades e da matematização das experiências humanas, as humanidades

¹ DURKHEIM, Émile. citado em RODRIGUES. José Albertino. A Sociologia de Durkheim. In: **Grandes Cientistas Sociais**. Org.: COHN, Gabriel. São Paulo, Ed. Ática, 1984, p. 19

² DURKHEIM, E. **Pragmatisme e Sociologie**. Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1955, p. 28

³ Um outro paradigma que se edificará na sociologia será aquele calcado nas idéias marxistas. Em que pese a importância das idéias marxistas no campo sociológico, as quais contribuirão, inclusive, para o delineamento de uma sociologia crítica contraposta à sociologia funcional e conservadora que tem em Durkheim seu maior expoente intelectual, não podemos negligenciar a identificação entre o pensamento marxista e o pensamento científico clássico. Se a obra marxista é grandiosa e mantém ainda grande importância em virtude da análise macro-social que realiza sobre a sociedade capitalista, não é possível ignorar que Marx é um homem de seu tempo e comunga com as idéias fundantes da modernidade que vivencia. Entre elas a mais notável: a sua visão da história, na qual a transformação social é problematizada no interior de um quadro evolucionista - ainda que movido por rupturas e conflitos -, necessário e inexorável, em que as leis econômicas serão determinantes para a configuração de um futuro não hipotético, mas determinado. Em outras palavras, o autor vai postular que a análise do presente e do passado, o estudo das leis que regem o funcionamento da sociedade capitalista viabilizará o conhecimento necessário para prognosticar o seu futuro. Esse é sem dúvida uma dimensão de sua reflexão cujas raízes são pertinentes ao quadro de referências constitutivas do pensamento científico a ser contemplado na modernidade.

se propõem compreender as relações, instituindo métodos que visem a extrair delas o seu sentido.

O filósofo e historiador Weillhem Dilthey formulará tais propostas para as ciências humanas em geral e, através de Max Weber, elas consagrar-se-ão no interior da sociologia, ainda que permaneçam à sombra da vertente positivista. Perfilhando a escola de Dilthey, o discurso weberiano vai ponderar que a apreensão objetivista dos fatos sociais não é viável, e que a alternativa para investigá-los estaria na compreensão dos mesmos, tomando como critério metodológico as atitudes mentais e o sentido que os agentes atribuem às suas ações. Tarefa que exige a prevalência de métodos qualitativos e não quantitativos, viabilizando-se, assim, um conhecimento intersubjetivo. Logo, para Max Weber, o objeto da sociologia constituir-se-á, basicamente, com a tentativa de extrair o conteúdo simbólico ou a relação de sentido inerente à ação humana que é social, mas cuja expressão e concretização efetiva-se na esfera da subjetividade. Esta proposta revela-se radicalmente incompatível com critérios objetivistas e mensuráveis que visem a captar os fatos humanos como se fossem coisas ou a apreender a sua realidade exterior, como diria Durkheim.

Sob o prisma weberiano, o estudo objetivo dos acontecimentos culturais carece de procedência quando objetiva reduzir as realidades empíricas a leis gerais. Isso porque o conhecimento das leis sociais equivale não à realidade do social, mas, unicamente, ao meio pelo qual o pensamento reflete e tece inferências acerca dessa realidade. As conexões causais entre os acontecimento podem ser infinitas, não há nas coisas critérios quaisquer que elucidem a associação a ser privilegiada. Estabelecer conexões é tarefa que compete ao sujeito da investigação que a faz a partir dos significados específicos que os fenômenos culturais assumem em determinadas relações singulares. Assim se manifesta o autor: “Não existe qualquer análise científica puramente objetiva da vida cultural ou (...) dos fenômenos sociais que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente relacionadas, analisadas na exposição enquanto objeto de pesquisa.”⁵ Em suma, há aqui uma perspectiva completamente diversa daquela que postula a apreensão objetiva dos fatos sociais, ancorada em leis gerais a partir da observação.

⁴ Conforme SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós moderna.**

Ademais, ao mesmo tempo que enfatiza que as particularidades da ação devem ser perseguidas, em detrimento de suas generalidades, Weber assinala que a relação do sujeito com a realidade é norteadas por idéias de valor que o levarão ao recorte significativo do real. Não é um sistema de conceitos e de leis que explicitará o significado de um fenômeno e sua causa, mas os pressupostos valorativos que embasam as conexões do investigador. A concepção segundo a qual o conhecimento das leis imanentes aos fenômenos culturais poderia possibilitar o delineamento do futuro e as possíveis configurações da vida social determinada e objetivamente não possuem plausibilidade. São belas as palavras de Weber: “O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante sobre um aspecto diferente e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós a importância e significação e se converte em realidade histórica. Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas sempre à inesgotável vida.”⁶

A trajetória até aqui tecida, leva-nos a inferir que o nascimento da sociologia ocorre na circunscrição de uma crise, em meio a uma dissonância no que se refere aos modelos que devem balizar a investigação. Por um lado, um discurso de caráter positivista que se atém a uma mentalidade típica da sociedade moderna e às suas características mais evidentes, que persegue a realidade dotada de exterioridade, que postula o conhecimento como representação exata do real, e que defende uma teoria geral das ciências que atribua uma mesma estrutura lógica e metodológica tanto às ciências humanas, como às naturais e exatas. Por outro, uma proposta que se opõe ao objetivismo da primeira, persuadindo-nos de que a sociologia é uma ciência subjetivista, visto que a realidade social não é exterior ou mensurável. Para essa perspectiva, só é possível conhecer os sentidos que os agentes sociais imputam à realidade por meio de suas ações, advento que torna imprescindível a existência de uma metodologia diferenciada para as ciências humanas. Convém salientarmos, contudo, que as duas vertentes são elaboradas dentro de um imaginário científico comum. Apesar das

⁵ WEBER, Max. A Objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: Col. **Grandes Cientistas Sociais**. Org. COHN, Gabriel. São Paulo. Ed. Ática, 1986, p. 87

⁶ Idem, p. 100

diferenças, é possível vislumbrar similitudes entre a sociologia objetivista e subjetivista, de modo que podemos inseri-las dentro do pensamento sociológico herdeiro dos parâmetros clássicos da ciência.

Para esclarecer tais similaridades, é necessária uma ressalva. Weber não abdica da intenção de atribuir à sociologia o estatuto de ciência. Malgrado considere limitado os recursos metodológicos calcados na observação e na experimentação, esses não são plenamente desconsiderados; ao contrário, desempenham um importante papel na investigação. Inclusive, o autor não nega a presença de uma regularidade causal nos transcurso e nos efeitos das ações sociais. Assinala, todavia, que elas só podem ser estipuladas em termos de probabilidade, jamais como leis exatas e previsíveis. Em outros termos, apesar de perseguir o sentido subjetivamente visado pelo agente, é certo que, para o autor, a análise sociológica supõe a existência de regularidades empiricamente constatáveis na ação social que se repetem ao longo do tempo e podem ser empírica e objetivamente apreendidas. Se a sociologia weberiana distancia-se da proposta positivista ao postular que leis invariáveis e exterioridade são categorias analíticas incompatíveis com o objeto das ciências sociais, convém elucidar que uma certa rigidez objetivista é reapropriada por Weber quando ele alude à questão metodológica. As premissas subjetivas são indissociáveis do conhecimento científico cultural. Isso é indiscutível. Para Weber, entretanto, a ciência tem como intuito primordial a enunciação de proposições factuais, a explicitação das relações de causalidade e interpretações compreensivas de caráter universalmente válidas. Particularmente as ciências sociais, além de interpretar compreensivamente as ações humanas, tencionam explicá-las causalmente graças a uma metodologia específica. Peculiaridade que viabiliza a validade universal de suas resultantes. Caso isto não ocorresse, o autor considera que a ciência dos acontecimentos culturais não produziria verdades científicas.

Subjaz a tais proposições o reconhecimento de que a forma pela qual a modernidade constrói a relação sujeito-objeto, calcada no distanciamento e na evasão do sujeito, também se presentifica no pensamento weberiano. Escreve o autor: “O conhecimento científico-cultural tal como o entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas ‘subjetivas’ pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação por muito indireta que seja, como os acontecimentos a que conferimos uma significação cultural. *Apesar disso, continua naturalmente a ser um conhecimento puramente causal, exatamente como o conhecimento de eventos naturais*

importantes, que têm caráter qualitativo.”⁷ Para apreender os fenômenos culturais, que em última instância são causais e demandam um método que capte objetivamente sua significação, a compreensão weberiana postula que o sujeito do conhecimento é direcionado por suas idéias de valor para escolher o seu objeto de estudo. Contudo, no que concerne à pesquisa e à investigação o estudioso deve necessariamente sujeitar-se às regras convencionais do pensamento, assumindo o ponto de vista dominante no que se refere à formação dos conceitos, uma vez que os fatos nada têm a ver com os valores. Nesse sentido, ao almejar a objetividade, ao estabelecer a função lógica e a estrutura dos conceitos, as ciências dos fenômenos culturais não se distinguem de qualquer outro procedimento científico.

Destarte, ratificamos que há na perspectiva weberiana a intenção de registrar as regularidade e a recorrência da ação humana. Para Weber o universo dos fenômenos singulares é sempre contingente, mas como os homens criam os valores e são ao mesmo tempo capazes de atribuir significado à sua conduta, que é regular, é possível estabelecer-se um percurso invariável para o conhecimento racional proporcionado pelos métodos científicos. Os homens pautam sua conduta por valores que podem ser compreendidos. Isto é, o sentido da ação, e não a subjetividade do agente, pode ser reconstituída. Todavia, a compreensão não é intuição, não é captação imediata de vivências, não é captação dos processos psicológicos, ou seja, requer a construção. Para tanto, o autor explicita como certos recursos analíticos viabilizam o acesso a um conhecimento nomológico que capte regularidades na conduta dos agentes. Entre esses recursos, destaca-se, na sociologia weberiana, construção dos tipos ideais, os quais se referem a um constructo intelectual que delinea o caminho para a formação de hipóteses. Não é sua função apresentar uma constituição exata do real, mas tem a pretensão de estabelecer meios de expressão dotados de univocidade. O tipo ideal interpreta unilateralmente uma determinada realidade estabelecendo conexões imaginárias entre fenômenos que se apresentam isoladamente. Estratégia que finda por engendrar um *quadro homogêneo do pensamento*, cuja pureza conceitual não possui correspondência no real e não pretende formular um modelo a ser imposto ao real. Constitui, antes, uma elaboração intelectual rigorosa de relações causais *objetivamente possíveis*, cuja eficácia não pode ser decidida *a priori*, visto que não figuram como fim, mas unicamente como meio para o conhecimento. O tipo ideal equivale a uma referência

⁷ Idem, p. 98, grifo nosso

utópica que deve ser comparada com a realidade buscando extrair dela não suas generalidades, mas o que lhe é singular. Assim, a possibilidade de compreensão e interpretação implicam a construção necessária de tipos ideais.

Conquanto a idéia do constructo teórico se faça presente em Weber, é preciso salientar que a compreensão exige uma investigação que tenciona alcançar a inteligibilidade intrínseca da ação social, reconstruindo seu encadeamento significativo e processual. O instrumento para lograr tal finalidade reside na metodologia científica que nos permite discernir a interpretação verdadeira e correta. Nesse sentido, podemos compreender quando Weber alude ao dever científico de perscrutar a verdade dos fatos. O sujeito parte de juízos de valor, mas, uma vez iniciada a investigação, eles devem se ausentar para que o olhar científico possa captar o encadeamento causal das ações, ou seja, a realidade naquilo que ela é.

A sutil, porém, incontestável univocidade metodológica advogada por Weber, tipicamente sociológica, funda um olhar sobre o social e reproduz a fixidez característica da sociologia positivista. É certo que na sociologia weberiana presentifica-se a idéia de construção, inexistente a racionalidade extrínseca à cultura ou à sociedade, não há a idéia de determinismo ou processo. Persiste, todavia, a possibilidade da compreensão e dos agentes envolvidos na ação através de um tipo de ação paradigmática que é a ação racional com relação a fins. Ou seja, a ciência, mesmo quando se debruça sobre fenômenos culturais corresponde a uma ação racional cujo intuito último é formular julgamentos de fato, universalmente válidos. Postura à qual subjaz um método de seleção e organização pertinente à uma ciência que visa a reproduzir a realidade empírica e a captar sua verdade tal como explicitada na experiência. A separação sujeito-objeto, que se evidencia no método, constitui o ponto fixo a partir do qual se interpreta o social. A afirmação desse olhar logra uma construção racional, na qual prevalece a isenção do sujeito, designada pelo autor de neutralidade axiológica.

Embora a realidade cultural seja contingente e plural, o constructo científico proposto pela metodologia weberiana implica o distanciamento entre investigador e mundo nos moldes em que esta relação é classicamente concebida. A abordagem da sociologia se constitui como um olhar exterior e objetivado. Peculiaridade que aproxima a proposta weberiana da sociologia durkheimiana que, à primeira vista, lhe é antagônica. Em ambas a relação sujeito-objeto implica a submissão do primeiro ao segundo. Ou seja a vertente subjetivista minimiza o sujeito para que o objeto possa ser desnudado em sua

objetividade. Reproduz-se, também aqui, ainda que de modo menos tonitruante, a dicotomia sujeito-objeto, fundamental e fundamentante na ciência moderna. Salientamos, anteriormente, que as mutações advindas da física quântica e da teoria da relatividade contribuirão para uma modificação visceral do pensamento ocidental. Acontecimento que propiciará a constituição de uma nova *epistème*, um novo discurso de saber.

A alusão à Foucault torna-se aqui extremamente relevante. As análises foucaultianas esclarecem que o discurso científico se desenvolve no interior de uma *epistème* que não pode ser dissociada de sua história. Para o autor cada época gera um quadro referencial do pensamento que atravessa todos os discursos, uma *epistème* que condiciona a possibilidade da produção de todo saber, o que torna as mais díspares manifestações vinculadas a um único campo de pensamento, no qual elas se relacionam. Se há contradições, diferenças e antagonismos entre sistemas de pensamento concomitantes, essas dissonâncias são superficiais. De acordo com Foucault, arqueologicamente falando, há uma homogeneidade que alicerça os saberes que é estabelecida pela historicidade. Sob esse prisma, poderíamos considerar tanto a vertente subjetivista da sociologia, quanto a objetivista, como saberes enredados nas malhas de uma mesma rede epistêmica. A respeito de uma possível teia que coadune diferentes formas de saber escreve Foucault: “Se se quiser realizar uma análise arqueológica do próprio saber, (...) é preciso reconstituir o sistema geral de pensamento cuja rede, em sua positividade, torna possível um jogo de opiniões simultâneas e aparentemente contraditórias. É essa rede que define as condições de possibilidade de um debate ou de um problema; é ela que é portadora da história do saber.”⁸ ou ainda: “Em uma cultura em dado momento só existe uma *epistème* que define as condições de possibilidade de todo o saber”⁹

Assim, o saber de uma época específica é norteado por uma rede que lhe fornece a configuração geral, sua homogeneidade elementar e fundante¹⁰. A rigor, as

⁸ Foucault, Michel. **Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines**, Paris, Gallimard, p. 89

⁹ Idem, p. 179

¹⁰ É importante observar que Michel Foucault distancia-se dessa discussão, na qual as ciências humanas e o problema de sua cientificidade são enfocados a partir das matemáticas seja para destituí-las da condição de ciência, seja para estabelecer outro critérios de cientificidade como o da compreensão. Não obstante Foucault reconheça que as ciências humanas recolhem elementos de formalização na matemática, o autor assinala que não será a partir das matemáticas que as ciências humanas se afirmarão positivamente enquanto saber. Essa possibilidade será viabilizada pelas ciências empíricas e pela filosofia moderna. A respeito dessa tese de M. Foucault, Machado comenta: “(...) as ciências empíricas e a filosofia podem explicar o aparecimento, na

transformações científicas do início do século XX teriam provocado uma mutação no discurso dos saberes semelhante à revolução científica do século XVII. Novos conceitos, científicos e filosóficos, uma nova visão de mundo teria aflorado e configurado novos saberes associados entre si, à revelia das disparidades aparentes que pudessem apresentar.

Seria lícito traçarmos um paralelo entre as proposições foucaultianas e um interessante trabalho, no qual Omar Calabrese defende a possibilidade de identificarmos uma certa mentalidade que perpassa hoje as mais distintas manifestações humanas, desde os mais rigorosos estudos científicos até as produções da indústria cultural. Em seu livro *A idade Neobarroca*, o autor menciona o modo de pensar que se instaura nos novecentos como uma visão de mundo que colide com o desejo de leis, de princípios universais, de conhecimentos exatos que caracterizaram o pensamento clássico, herdeiro do cartesianismo, e que reivindica formas explicativas emancipadas da necessidade da certeza ou de princípios imutáveis. Com a microfísica emerge um novo discurso de saber e, portanto, como elucidava Gaston Bachelard, um novo espírito científico. Calabrese cita Ilya Prigogine: “(...) Só leis eternas pareciam expressar a racionalidade da ciência. A temporalidade era desprezada como uma ilusão. Isto já não é verdadeiro. Descobrimos que longe de ser uma ilusão, a irreversibilidade desempenha um papel essencial na natureza e está na origem de muitos processos instantâneos (...). Hoje, descobrimo-nos num mundo cheio de riscos, um mundo em que a reversibilidade e o determinismo se aplica apenas a simples e limitados casos (...)”¹¹

A rigor, contra uma ordem de saber que concebe a natureza movida por leis causais, repetitivas e objetivas, o pensamento científico do século XX instaura uma perspectiva outra, na qual o conhecimento a ser perseguido é sempre histórico, hipotético, leis exatas e absolutas inexistem, a relação sujeito-objeto é redefinida. Vislumbrar uma

época da modernidade, desse conjunto de discursos denominados ciências humanas porque é com elas que o homem passa a desempenhar duas funções diferentes e complementares no âmbito do saber: por um lado é parte das coisas empíricas, na medida em que vida, trabalho e linguagem são objetos das ciências empíricas, que manifestam uma atividade humana; por outro lado, o homem, na filosofia, aparece como fundamento, como aquilo que torna possível qualquer saber.” Malgrado a diferença que as ciências empíricas, como a biologia, apresentam em relação ao paradigma cartesiano, posto que têm como norte de persecução o objeto real e não a sua representação ideal, vale salientar que persiste ainda a preocupação com as leis, a regularidade, o controle e, sobretudo, o distanciamento entre sujeito e objeto. MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber. A trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro. Graal Ed., 1982, p. 125

explicação da natureza a partir de comportamentos concatenados e gerenciados por um número mínimo de regras que se repetem infinitamente torna-se um procedimento anacrônico. A concepção de ciência como metáfora arquitetônica na qual os homens instituem uma racionalidade imutável como parâmetro de mensuração, eximindo-se dos assédios do ilógico, do irracional, amarrando o real numa rede conceitual que vise à perenização, passa a ser equacionada e é contraposta a uma ciência onde nada é definitivo, na qual a razão coexiste com a multiplicidade do devir que se revela pleno de irreduzibilidade. Com esse novo perfil de ciência, o exercício legítimo do pensamento passa a ser aquele que se deixa violentar pelo insólito, pelo incompreensível, por aquilo que se configura como puramente irracional ou sujeito a incertezas. Os desvios da inteligibilidade não se destinam mais a gravitar ao redor do edifício conceitual. Ao contrário, doravante, cumpre trazê-los para o âmago daquilo que é propriamente pensável para que a ciência possa corporificar esse traço que, de acordo com Bachelard, é sua marca distintiva, a presença da crise, do risco, do inesperado. Edgar Morin alude a esse novo perfil do pensamento contemporâneo: “Certamente, durante muito tempo a missão quase vital da ciência foi a de eliminar o incerto, o indeterminado, o impreciso, o complexo, a fim de dominar e controlar o mundo. No entanto este objetivo resulta nas ciências contemporâneas que justamente trabalham com o aleatório, o incerto, o indeterminado, o complexo.(...)”¹² Contra a busca do fixo, da perenização e da certeza, norte de persecução da ciência moderna, Omar Calabrese aponta, atualmente, a prevalência de uma predileção pelo imponderável, pela imprecisão - o inexato, o aproximado, na terminologia bachelardiana - que se prolifera, hoje, pelas mais distintas esferas da vida. E não se pode deixar de ratificar que essa valorização do impreciso toma vulto com a microfísica, a partir da qual destitui-se de significado a idéia de uma realidade objetiva independente do sujeito/observador.

Se essa nova visão de mundo propalou-se, reconhecidamente, entre as ciências exatas e naturais, as ciências humanas aparentemente permaneceram incólumes às mutações radicais provocadas pelo surgimento dessa nova rede epistêmica. É ainda Omar Calabrese quem constata: “(...) as ciências humanas ou não dão efetivamente pela questão ou ao advertirem-na fornecem respostas ultrapassadas, como aquelas que se referem ao velho idealismo, ao velho irracionalismo (...). Por outras palavras: entre

¹¹ CALABRESE, Omar. Complexidade e Dissipação; In: **A Idade Neobarroca**. São Paulo, Martins Fontes, Ed, 1987, p. 159

¹² MORIN, Edgard. *apud* DESCAMPS, Christian. op. cit., p. 12

poucas exceções (...) as ciências humanas permaneceram numa fase comparável à física clássica, isto é, ancoradas numa visão euclidiana da própria cultura.”¹³ Não que as mudanças no quadro de referências do pensamento ou a emergência de um novo discurso do saber não tenham atingindo, também, as humanidades. As discussões acerca da crise de paradigmas, de uma antropologia pós moderna, a nova história que reivindica a ausência de leis e o direito à subjetividade, evidenciam que, de certa maneira, também essa esfera foi abalada - ainda que tardiamente - pelo movimento denominado por Bachelard *a revolução psíquica do século XX*. Não obstante, a constatação de Calabrese é procedente, particularmente quando refletimos sobre a prática sociológica. Essa área do saber revela ainda um compromisso exacerbado com as regularidades, com a evidência empírica, enfim, com um conceito de objetividade tal como o reivindicado pela sociologia que se espelhava nos cânones instituídos pelo paradigma clássico da ciência. Exprime-se, assim, um desejo de perpetuar antigas práticas, conceitos e discursos.

Em face dessa persistência, convém equacionar se a sociologia logrou realizar os seus propósitos de conhecimento, previsão e controle da sociedade.¹⁴ Questionamento atinente não apenas à sociologia mas à ciência em geral, a qual atinge seu apogeu num momento em que a razão é excessivamente valorizada, acreditando-se apta para pulverizar o ilógico, a irracionalidade do mundo, submetendo a natureza ao controle humano; projeto que, apesar de suas imensas realizações, não se consumou inteiramente. Constatamos, há algum tempo, que a credibilidade excessiva que a modernidade depositou na ciência resultou num mundo fora de controle que, em vez de

¹³ CALABRESE, Omar. **A Idade Neobarroca**, p. 186

¹⁴ As considerações de Debray são ilustrativas no sentido de notificar a não realização das pretensões que marcaram a sociologia em seu limiar: “A sociologia, dirão vocês, existe porque há sociólogos, mas estaremos de acordo em aceitar que ela não existe enquanto ciência. Eis um precedente realmente incômodo. (...) Segundo os termos severos de Paul Veyne (a sociologia) se distribui entre monografias empíricas e descritivas e discursos inverificáveis em geral e em sociedade. As primeiras procedem de um jornalismo refletido, os segundos de uma filosofia descurada. Os sociólogos guarnecem o entre-dois como especulações sem rigor ou, então, como estatística sem grande interesse. Parece que, uma vez mais, A. Comte fracassou em seu projeto de erigir a sociologia ao nível de ciência positiva. Esta ‘disciplina’ não permite predizer seja lá o que for, nem intervir com conhecimento de causa no curso das coisas. Não descobriu qualquer lei, nem definiu qualquer correlação unívoca, nem produziu qualquer determinismo. E a prova é que sua história não é cumulativa, nem axial como a de uma verdadeira ciência, mas sim repetitiva e caleidoscópica como o tempo imemorable da *doxa* e da metafísica. Estudar sociologia na universidade é aprender as doutrinas sucessivas dos sociólogos célebres, cada estudante pode servir-se desse conhecimento em qualquer sentido e ordem: efeito do poder, da moda, de qualquer forma, ao sabor da atualidade. A sociologia nasceu dos vazios ou malogros da história dos eventos; além disso, há boas cabeças que têm o mau hábito de considerar os chamados

submeter-se aos homens, findou por submetê-los. As conseqüências catastróficas que a crença extremada na ciência propiciou - “forças produtivas se transformam em forças destrutivas, capacidade de planejamento transforma-se em potência desagregadora(...) forças de incrementação do poder transformam autonomia em dependência, emancipação em opressão, racionalidade em irracionalidade”¹⁵ - levam-nos hoje a interrogar esse poder incontestável de que a ciência se revestiu. A aplicação dos resultados obtidos pela ciência na defesa de interesses específicos e a repercussão negativa dos mesmos sobre a vida humana propiciou uma mentalidade anti-científica. A associação entre progresso científico e aprimoramento da qualidade de vida que prevaleceu no século XIX, tornou-se sujeita a interrogações radicais. O que acarretou, inclusive, a maximização do equacionamento do papel social da ciência. No que tange à sociologia, especificamente, indagamos se teria ela cumprido seu intento de identificar as leis inerentes à natureza da sociedade humana, dotando de plausibilidade o lema a ela atribuído por A. Comte: “Ver para prover”. Ou ainda, interrogamos se a relação sujeito-objeto consagrada pela ciência clássica e apropriada pela sociologia não comprometeu a possibilidade de aproximações mais efetivas e de abordagens mais significativas dos fenômenos que, enfim, podem se substancializar em uma indefinidade de construções.

Malgrado a prática sociológica presente ainda, insistimos, uma preocupação com a evidência empírica, com uma objetividade minimizadora do sujeito e de sua atuação, poderíamos considerar, à luz da discussão até aqui tecida, que talvez seja necessária para essa ciência do social, uma ruptura mais visceral com os parâmetros que vêm balizando a sua atividade, o seu arcabouço teórico e que a acompanham desde o seu nascimento. Ao nos depararmos com a chamada crise de paradigmas (em que não apenas os modelos de organização política e social são redefinidos, mas inclusive as categorias do pensar) torna-se fundamental refletirmos sobre os parâmetros de legitimidade a partir dos quais essa área do saber deve ser exercida. Equacionamento que talvez nos permita perspectivar uma prática sociológica em que o sujeito da investigação, rompendo com a segurança dos métodos preestabelecidos, adentre a pluralidade e a transgressão metodológica, imaginando, formas inéditas de abordagem para o seu objeto. Anacroniza-se assim, um olhar fixo, exterior, decorrente, em última instância, do desejo de uma prática sociológica que prescindia do sujeito.

‘sociólogos’ como historiadores fracassados ou filósofos contrariados”. DEBRAY, Régis. **Curso de Midialogia Geral**. Petrópolis, Ed. vozes, 1993, p. 19

¹⁵ HABERMAS, J. A Nova Intransparência. **Rev. Novos Estudos Cebrap**, 09.1987, p. 115

É nosso intuito, como a problematização a seguir desenvolvida, não apenas finalizar essa dissertação, mas, outrossim, ampliar os espaços nos quais o debate acerca da relação ciência e imaginação e o alargamento da presença da subjetividade na produção do saber vem ocupando na sociologia, de modo que o sujeito cognoscente, ao ampliar os espaços de sua criação, possa se surpreender com os enigmas com os quais por ventura se depare em suas investigações, em vez de simplesmente endossar a explicitação das evidências empíricas.

As tendências que se desenvolveram no âmbito da sociologia sofreram as influências das vertentes aqui aludidas, quais sejam, objetivistas e subjetivistas com o predomínio, ao menos até o final da década de sessenta, das primeiras. Momento em que se verifica o declínio da ortodoxia positivista abrindo-se espaço para o florescimento de inúmeros campos epistemológicos. Não importa enfocarmos aqui a configuração que essas tendências assumiram. É preciso ressaltar, contudo, que além de uma certa persistência das posturas objetivistas, o desenvolvimento de uma nova escola, a racionalista-construtivista, baseada nas idéias epistemológicas de Gaston Bachelard. A seguir ilustraremos a apropriação desse autor pela sociologia, aludindo a Pierre Bourdieu - que pensa a sociologia a partir desse filósofo, assim como Touraine e Boudon, entre outros. Veremos, assim, delinear-se uma sociologia mais coerente com a discursividade de saber que emerge neste século e que contrapõe ao pensamento clássico.

Ao analisar a prática sociológica, Bourdieu considera, numa terminologia bachelardiana, que o objeto das ciências sociais é constituído por sistemas de relações sociais, cuja construção é permeada por obstáculos que exigem contínua vigilância epistemológica. Nessa perspectiva, o autor toma como interlocutor a sociologia de corte positivista que acredita na emergência do novo como decorrência do método, na existência de uma objetividade das coisas em si, que mais inteligíveis se tornam quanto menos o sujeito da investigação se deixa delinear. Privilegiando a importância do sujeito na investigação, Bourdieu respalda sua argumentação em categorias notadamente bachelardianas, quais sejam, ruptura, construção do objeto, racionalismo aplicado e vigilância epistemológica. Opção que não é casual, uma vez que a epistemologia bachelardiana, ao refletir acerca da ciência contemporânea não apenas prioriza o papel do sujeito na investigação, mas alça-o à condição de criador da realidade fenomênica.

Assim como Bachelard alerta acerca da esterilidade de métodos previamente estipulados que não se desdobram e não se modificam em concomitância com a investigação e de filosofias que se debruçam sobre a ciência sem acompanhar sua prática, Bordieu denuncia a dissociação entre método e teoria nas ciências sociais. Singularidade coextensiva aos empiristas, também na sociologia que, via de regra, obcecados com a metodologia, se esquivam de coaduná-la a pressupostos teóricos.

Em virtude dessa perspectiva objetivista que finda, comumente, por minimizar o vínculo entre teoria e prática, o autor ressalta a importância de uma reflexão epistemológica que seja simultânea à prática sociológica. Assim como a epistemologia clássica refletiu a partir do exterior acerca da ciência e perdeu o fundamento com a constituição de um modelo não mecânico, na sociologia, a reflexão epistemológica desenvolveu-se também a partir da fixidez. Em que consiste tal fixidez para a sociologia? De acordo com a análise do autor, desde seu limiar, o pensamento epistemológico acerca da sociologia ignorou a sua prática, erigindo estereótipos que vão desde a afirmação da adequação ou incompatibilidade entre ciências humanas e naturais - a dicotomia entre uma sociologia subjetiva e objetiva - até a formulação de princípios que desenham os contornos do investigador ideal.

Não devemos esquecer que Bachelard reivindica para a ciência uma epistemologia que se elabore e se reconstitua a partir de suas conquistas. Bordieu faz o mesmo para a sociologia, alegando a necessidade de que a prática sociológica se submeta à polêmica da razão epistemológica. Tarefa que viabilizaria um atitude de vigilância contra o erro no sentido postulado por Bachelard, qual seja, não a desvalorização, mas a sua avaliação no intuito de desvelar os seus mecanismos geradores, cujo corolário seria a retificação. Bordieu, na esteira da epistemologia bachelardiana, consagra a positividade do erro também para a epistemologia que tem por objeto reflexão a prática sociológica. Escreve o autor: “Como a obra de Gaston Bachelard o demonstra, a epistemologia se diferencia de uma metodologia abstrata, em seu esforço por captar a lógica do erro, para construir a lógica do descobrimento da verdade como polêmica contra o erro e como esforço para submeter as verdades aproximadas da ciência e os métodos que utiliza a uma retificação metódica e permanente.”¹⁶ Inferimos, assim, que o exercício de uma reflexividade ou de uma sociologia do conhecimento que se balizasse pela busca da

¹⁶ BORDIEU, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude; Passeron, Jean-Claude. **El oficio de sociólogo**. Madrid, Siglo Veintuno de Espanha Editora SA, 16a. ed., 1994, p. 14

retificação através da elucidação das condições que engendram o erro seria, para a sociologia, um instrumento de vigilância epistemológica. Para tanto, a psicanálise do espírito sociológico deve ser praticada considerando, inclusive, as condições sociais nas quais as produções sociológicas são forjadas.

Por conseguinte, o autor se propõe explicitar os princípios que embasam a prática sociológica, no intuito de vislumbrar o modo pelo qual se dá a aplicação dos pressupostos teóricos na construção do objeto, desacreditando uma tradição epistemológica que apresente sua reflexão como teoria acabada ou como uma reflexão universal acerca do sistema social. A intenção que aí se configura é a de explicitar princípios e conceitos metodológicos sem que o corolário seja a configuração de um saber sociológico equivalente a um conjunto de técnicas que prescindam e se desvinculem do aparato teórico na prática da investigação. Corroborando a concepção segundo a qual a transformação do método em receita é uma sedução para a prática sociológica, o autor assinala que a oposição radical a essa tendência advém do exercício constante da vigilância epistemológica. Essa prática vem mediatizar o uso de técnicas e conceitos através de um exame dos limites de sua validade, ao mesmo tempo que protege da aplicação automática ou mecânica dos mesmos. Esses procedimentos evidenciam que por mais rotineira ou repetitiva que uma prática se revele, ela deve ser sempre submetida à crítica e, no limite, reconstituir-se para adequar-se à especificidade do objeto com que se depara. Em suma, a vigilância logra a pulverização de práticas metodológicas que se arvoram na condição da universalidade e se presentificam como fórmulas acabadas e incontestáveis.

A retificação incessante dos métodos requer a ruptura com procedimentos nos quais a preocupação com a comprovação através do método prevaleça em detrimento de todas as outras. Sob esse prisma, ao lançar sobre a sociologia um olhar bachelardiano, Bordieu pretende transgredir uma tradição que se baliza pela lógica da prova, negligenciando a prática inventiva. Em outras palavras, ao discutir o ofício do sociólogo, o autor perscruta um caminho no qual a obsessão com o método e com a prova seja substituída pelo intuito de conciliar a necessária verificação com o exercício da imaginação sociológica. Não é outra a proposta de Bachelard ao aludir a uma ciência voltada para o novo, na qual o sujeito cognoscente busca a diferença, a negação de seus princípios, mobilizado por uma razão aberta que deseja o estranhamento e a perplexidade e para a qual a constatação da evidência realisticamente abordada configura um obstáculo

epistemológico. Nessa trilha, contestando a crença segundo a qual a criação científica corresponde a uma automação espiritual, alertando que os métodos aos quais aderimos automaticamente minimizam a prática da invenção permanente, Bordieu assinala que o sujeito cognoscente que se submete peremptoriamente a uma programa metodológico torna-se incapaz de refletir sobre ele, por conseguinte, de visualizar novos itinerários. Os metodólogos que se empenham em restringir a reflexão sobre o método numa lógica formal das ciências, obstruem o equacionamento das práticas metodológicas, visto que são persuadidos pela lógica ideal do descobrimento, esterilizando, assim, a persecução da novidade e o exercício da imaginação. Nos dizeres do autor: “A obediência incondicional a um *organon* tende a produzir um efeito de clausura prematura, ao fazer desaparecer, como o diria Freud, a elasticidade nas definições, ou como afirma Carl Hempel, a disponibilidade semântica dos conceitos que constituem uma das condições do descobrimento em certas etapas da história de uma ciência ou do desenvolvimento de uma investigação”.¹⁷ É conveniente clarificar que as críticas tecidas por Bordieu à rigidez metodológica não concorrem para a negação radicalizada da formalização lógica. Ela é importante para submeter a investigação à verificação e para obter resultados coerentes. Em contrapartida, sua análise é lúcida o suficiente para presumir que a superestimação dos recursos metodológicos, ao suprimir a problematização dos mesmos, obnubila a possibilidade da emergência de novos recursos para o pensamento que, em sua multiplicidade levaria a novas construções do objeto. E o que significa aderir a uma pluralidade de métodos? Indubitavelmente, significa a utilização de técnicas de investigação diversas - quantitativas e qualitativas, o rompimento com procedimentos consagrados e a invenção de outros ainda inéditos, a persecução de novos temas. Ousando um pouco mais: essa pluralidade poderia conduzir ao tráfego do investigador em áreas distintas do saber como a filosofia, a literatura e outras mais, ainda que Bordieu, é preciso assinalar, se recuse obstinadamente a ir assim tão longe.

A fixação com a metodologia definitiva e previamente estipulada não coincide em absoluto com rigor científico, sobretudo, se compreendemos, juntamente com Bachelard, que a verdade emerge do erro retificado e que o ato de conhecer transforma-se em concomitância com o conhecido, ou seja, a alteração no objeto propicia a mutação do sujeito. Reconhecimento que pulveriza a validade de uma reflexão sobre a ciência e, no caso, sobre a sociologia, afastada de sua prática e de seu fazer-se. Uma reflexão

¹⁷ Idem, p. 21

epistemológica definitiva e acabada, alicerçada em experiências particulares, ou seja, na estipulação antecipada dos procedimentos e das condições de investigação redundando na esterilização do conhecimento científico. Sob esse prisma, a necessidade de nos desviarmos de procedimentos metodológicos já canonizados reside no fato de que tal cristalização pode minimizar a vigilância epistemológica. Para obstruir essa tendência, cumpre interrogarmos *o fazer-se da ciência*, num esforço que transcende o equacionamento da funcionalidade dos métodos e da teoria e envolve a avaliação dos mesmos em sua aplicação. Fiel ao registro bachelardiano, Bordieu postula que além de equacionar os métodos, a reflexão epistemológica deve clarificar que a teoria sociológica leva à construção de objetos específicos. Ou seja, deve-se avaliar a teoria em sua aplicação. A rigor, uma sociologia que se pautasse exclusivamente pela persecução da prova experimental evitada de métodos rígidos que obscureçam a primazia da teoria, finda por realizar uma tautologia, na qual os resultados da investigação dizem tudo e ao mesmo tempo nada. A experiência deve ser norteada pela reflexão teórica. A conexão entre teoria e experiência – ou a razão aplicada – resulta na construção do objeto, a qual deve ser verificada não nos moldes do formalismo ou empirismo estrito, esperando que o objeto se desvele a partir de si mesmo.

Eis aqui Bordieu contemporizando a interdependência entre racionalismo e empirismo defendida por Bachelard. O autor entende, assim, que a sociologia se edifica como construção, artefato intelectual e racional que reelabora os dados da experiência. A pesquisa sociológica, portanto, não pode prescindir da teoria que, por sua vez, é novamente elaborada no confronto com a experiência. Parafraseando Bachelard, faz-se lícito sustentar que o objeto da sociologia inexistia antes de ser apropriado como objeto de investigação. A reflexão sociológica constrói o objeto e, antes de ater-se à mera reprodução das evidências colhidas na observação e na prática comprometida com a tendência empírica e realista, compreende que a junção entre teoria e experiência resulta na invenção e transformação do fenômeno social. Nessa empresa, uma epistemologia que se debruce sobre a prática sociológica deve permanecer atenta aos obstáculos que porventura se enraízem no constructo.

O grande obstáculo com o qual se deparam as ciências do homem e que deflagra a necessidade permanente de vigilância epistemológica é a imprecisão dos limites que separam o discurso científico e a opinião. Recordemos que, para Bachelard, a opinião pensa mal e o pensamento científico não é o pleonasma da experiência, mas se constrói

contra ela e contra o senso comum. Postura similar é adotada por Bordieu: “(...) a familiaridade com o universo social constitui o obstáculo epistemológico por excelência para o sociólogo porque produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo em que suas condições de credibilidade”¹⁸ Destarte, a prática sociológica é constantemente assediada por uma sociologia espontânea que se efetua em continuidade com o conhecimento vulgar. Explicita-se, assim, a necessidade da vigilância recorrente de modo que se torne contundente a oposição entre discurso científico, ou sociológico, e percepção. Separação particularmente problemática para a prática sociológica em face da dificuldade de instrumentalizar-se de modo a viabilizar a refutação da linguagem e noções comuns que tendem a se perenizar na ciência.

O conhecimento oriundo da opinião e do senso comum corresponde inequivocamente ao que Durkheim denomina de pré-noções.¹⁹ A presença delas na investigação sociológica é, de acordo com Bordieu, persistente. Em face disso, as técnicas de objetivação devem contribuir para que a ruptura seja efetiva, de modo que os resultados finais venham a contradizer as impressões primeiras. Nesse sentido, o autor alude à relação que o sujeito cognoscente estabelece com o objeto no decurso da investigação: uma relação que, sendo social, nunca é de conhecimento puro. De tal singularidade deriva que aos dados colhidos seja intrínseca a leitura e interpretações do próprio objeto que, emitindo opiniões falsamente sistemáticas, tendem a se presentificar no estudo dos mesmos. Na consecução da pesquisa, o desmonte das impressões primeiras e a sua substituição por definições conceituais de caráter abstrato que as reconstituam, agora sob uma perspectiva sociológica, viabilizam uma releitura do objeto, visto que ele se evade das mediações da experiência comum. Com tal artifício a análise sociológica logra a inserção do objeto em novo composto de relações. As técnicas de objetivação devem aqui ser aplicadas e as estatísticas podem, inicialmente, contribuir para constranger as primeiras impressões viabilizando a construção de uma nova relação entre os dados. À luz dessas proposições, Bordieu observa que a descoberta - e mais apropriado seria dizer invenção - não é redutível a uma reprodução das relações empiricamente observadas, uma vez que essas se edificam a partir da ruptura com as considerações que se plasmam ao nível da percepção. A descoberta do novo, enfim, é preconizada pela cesura com as relações aparentes a que estamos acostumados, de modo

¹⁸ Idem, p. 27

que do descompasso entre pensamento e experiência aflore um novo sistema de relações entre os elementos. Nesse processo, os dados estatísticos são importantes para majorar a ruptura, mas débeis para construir, por si só, o objeto. Contemporizando com Bachelard, Bordieu argumenta que sem a majoração dessa ruptura, a partir da qual a sociologia logra erradicar os resquícios da espontaneidade em suas produções, não é possível vislumbrarmos uma ciência sociológica: “A sociologia não pode constituir-se como ciência efetivamente separada do sentido comum senão sob a condição de opor às pretensões sistemáticas da sociologia espontânea a resistência organizada de uma teoria do conhecimento do social cujos princípios contradigam ponto por ponto os pressupostos da filosofia primeira do social. Sem tal teoria, o sociólogo pode rechaçar ostensivamente as pré-noções, construindo a aparência de um discurso científico sobre os pressupostos inconscientemente assumidos a partir dos quais a sociologia espontânea engendra essas pré noções.”²⁰

Os princípios básicos que orientam a ruptura com o senso comum nas ciências sociais são o princípio da não consciência e o princípio do primado das relações sociais. Segundo Bordieu, o princípio da não consciência reitera a necessidade de reformulação dos critérios metodológicos do pesquisador em relação aos critérios que regem a sociologia espontânea, de modo que os sentidos das ações sejam apreendidas num sistema global de relações sociais e não nas consciências particulares, visto que as ultrapassa. Bordieu celebra aqui uma proposição fundante da sociologia durkheimiana e recorre novamente a esse clássico do pensamento sociológico para explicar o outro princípio, o do primado das relações sociais que postula a explicação dos fatos sociais por outros fatos sociais. Nesse sentido as relações sociais e históricas nas quais os fatos se inserem explicam a sua particularidade. Princípios difíceis de serem efetivados em face da persistência dos obstáculos que exigem uma vigilância epistemológica arguta e incessante. Será o princípio da não consciência que tornará fecunda a pretensão de se erigir um sistema de relações, no qual o indivíduo se insere e que se expressa pela dinâmica do grupo e não pelas opiniões e intenções do sujeito. Para que a ruptura com o senso comum vingue, faz-se necessário que a precariedade da observação, em virtude mesmo da fragilidade dos limites entre sujeito e objeto, seja suplantada pela teoria que se constrói contra o objeto ou contra conhecimentos anteriores. Nas ciências em geral, e

¹⁹ É importante notar que, nesta obra – O ofício do Sociólogo - , Bordieu faz a crítica à tradição e, simultaneamente, resgata os clássicos, ora refutando-os, ora retificando-os. Legítima assim, a prática recorrente da história da ciência, tal com postulada por Bachelard.

na sociologia em particular, a sedução da inserção no imaginário comum, e o obscurecimento da vigilância é constante e seu corolário é a cristalização dos obstáculos epistemológicos.

Esses princípios ressaltam a insistência do primado do social no olhar sociológico, induzindo a prática desta ciência social para uma *objetivismo provisório*. Cabe esclarecer, entretanto, que Bordieu considera necessária a superação da fictícia oposição entre subjetivismo e objetivismo. Para ele, se a sociologia existe como ciência é porque a realidade das relações exteriores, independente das vontades individuais é indubitável e as práticas da observação e da experimentação contribuem para sua apreensão. O alcance de tal fim exige que a sociologia recorra tanto a conceitos objetivistas como subjetivistas, uma vez que a explicitação da subjetividade-objetividade opera-se com a interiorização da objetividade. Poderíamos interpretar Bordieu, nesse caso, como um objetivista pleno, não fosse a insistência com que assevera a importância da ruptura e do sujeito na construção do objeto, bem como o olhar bachelardiano que lança sobre a problemática da objetividade.

Assim, retomando a esteira de Bachelard, Bordieu considera que além de princípios aptos para romper com a ingenuidade do imediato e com as impressões primeiras, faz-se necessária a constituição de uma linguagem que se diferencie do senso comum, o qual traz comumente implícita uma filosofia cristalizada do social que tende a se perenizar nas análises sociológicas pouco atentas para essa questão. Para que a vigilância epistemológica se efetive no âmbito da investigação sociológica, a reflexão deve manter-se alerta ao uso das palavras. Deve prevalecer o sentido lógico das mesmas em detrimento das imagens que impregnam nossa linguagem comum à qual subjaz uma filosofia petrificada do social. Uma sociologia que organiza seu discurso ancorando-se em terminologia oriunda do vocabulário comum, permanece submetida à linguagem do próprio objeto e não consegue transpor os obstáculos inconscientes que se enraízam em sua prática. Entretanto, apenas a substituição da linguagem vulgar por uma linguagem mais depurada revela-se insuficiente para erradicar os obstáculos. A prática da reflexividade sobre os riscos de uma sociologia espontânea e da persistência de sua linguagem deve delinear-se como uma crítica das imagens que nos levam à filosofias cristalizadas do social. A prática sistemática de tal crítica pode fornecer ao sociólogo instrumentos para redefinir as palavras comuns, depurando-as, de modo que não voltem a

²⁰ Idem, 30

se inserir na linguagem científica. Esse procedimento viabilizaria o afastamento de significações duvidosas, das metáforas, que se inserem no discurso sociológico e que enquanto esquemas de interpretação pertinentes à física e à biologia - por exemplo, termos como equilíbrio, pressão, força, tensão, reflexo, raiz, corpo, célula, secreção, crescimento, regulação, gestão, etc. - surgem sob a forma de desculpa da metáfora e consagram uma filosofia equivocada da vida social, com aparência e autoridade de explicação correta.²¹

Em prol dessa ruptura no âmbito da linguagem, Bordieu assevera que o rigor científico deve rejeitar os esquemas analógicos de explicação, de compreensão e à semelhança das ciências físicas, impor uma visceral ruptura em relação às representações animistas da matéria. Às ciências sociais convém, pois, realizar uma ruptura epistemológica categórica que singularize a leitura científica, distinguindo-a das filosofias artificiais ou antropomórficas a respeito da sociedade. Tarefa que seria lograda com uma incessante psicanálise do conhecimento sociológico, tal como sugerido por Gaston Bachelard em sua epistemologia, visto que o assédio das metáforas e das representações inconscientes não possui termo. Isto é, mesmo a linguagem sociológica mais controlada apropria-se do léxico comum, eivando-se de ambiguidades e envereda pelo jogo da polissemia decorrente da tênue separação entre os conceitos mais depurados e a linguagem comum.²²

²¹ Idem, p. 39

²² É elucidativo aludir à J. M. Pessanha, autor que reflete sobre o percurso da ciência desde seus primórdios até nossos dias, sustentando que as ciências humanas não podem almejar uma linguagem exata e excessivamente formal. Para ele, esses saberes, entre os quais se insere a sociologia, constituem justamente o chão das polissemias, as quais, para Bordieu, devem ser expurgadas das ciências do homem. Segundo Pessanha, as propostas de segurança sugeridas por metodologias científicas, por mais sérias que se apresentem, não estão livres dos assédios de uma hipótese última, na qual a oposição fantasia/ciência tem como seu duplo a oposição sono/vigília. Essa problemática colide com a dimensão cultural enquanto linguagem que tematiza o que poderia ser a verdade diante do entorpecimento generalizado. Referindo-se a Perelman, Pessanha assinala que desde o século XVII, assistimos a uma voluntária resolução do conceito de verdade. Por um lado, Descartes rejeitando a retórica em prol de uma clareza que advém exclusivamente do modelo matemático, recusando as humanidades. Por outro, Bacon que se volta contra a retórica, optando pela indução. Subjaz aqui a tentativa de aliar experiência e matemática. Para este fim seria preciso a convicção de que os objetos do conhecimento são, por excelência distintos das pessoas. O recrudescimento desta tendência termina por desembocar no pensamento positivista, cuja emergência coincide com a transposição do método matemático para as ciências em geral. A partir daí, as ciências humanas passam a justificar-se pela inexorabilidade do método científico, estipulando assim, um discurso capaz de controlar o comportamento das coisas e aplicá-los às humanidades. Todavia, esta adesão a uma linguagem depurada de ambigüidades, que objetiva diagnósticos indubitáveis e certezas indiscutíveis, colide hoje com a percepção de que não é possível pensar a sociedade e a história sob a égide de modelos perfeitos que expurgam

O caminho do *não* e a história da razão científica pautada pela descontinuidade e pela ruptura representativa da epistemologia bachelardianas serão evocadas pelo autor para problematizar o ofício do sociólogo. Lembremos que, para Bachelard, as certezas se evadem do pensamento científico, o qual só se modifica e evolui quando equaciona incessantemente sua própria constituição. A sociologia, particularmente, não apresenta - como enfatiza Bordieu - a mesma disposição ou facilidade para rupturas sucessivas em relação ao seu passado teórico, uma vez que esse é perspectivado como tradição, delineada pela continuidade. Essa impossibilidade resulta na divisão do universo epistemológico em dois blocos antitéticos, mas similares em sua incapacidade de contrapor à teoria tradicional uma outra, a qual se reconheça o mesmo estatuto de cientificidade. O primeiro bloco se põe a buscar em si mesmo os fundamentos teóricos; o outro mantém-se vinculado à tradição, sacralizando-a ou reinterpretando-a conciliatoriamente, dando a ela continuidade sem que seus princípios ou pressupostos teóricos se tornem passíveis de equacionamentos quaisquer.

Nesse sentido, o exercício permanente da razão polêmica, tal como preconizado por Bachelard, antagoniza radicalmente com a razão arquetônica que não equaciona os princípios constitutivos das grandes teorias sociais. Coincidindo com o discurso bachelardiano no que concerne à necessidade das rupturas ou a uma tradição que se faz por cortes e não por continuidades, Bordieu considera a cesura com o passado tradicional e a relação que com ele se estabelece, a outra faceta do rompimento com a sociologia espontânea. O sociólogo, na particularidade de sua investigação, deve atentar

singularidades. Pensar as humanidades significa, nos termos de Pessanha, trabalhar com a linguagem humana. Ao adentrarmos esse universo, o instrumental lógico enquanto recurso é passível de utilização. Não pode, entretanto, ser apropriado como modelo. Isso porque a linguagem é incorrigível e embora revele-se formalizável, em certa medida, nunca o é inteiramente em virtude de sua própria constituição aberta para a inovação e para a criação de formas inéditas. Debruçando-se sobre essa exclusão a que a linguagem científica submete a retórica, Pessanha alude ao modo pelo qual Perelman vai delimitar dois espaços complementares: a linguagem formal, apoiada na lógica matemática e a linguagem do direito: “(...) à concepção de uma ‘nova retórica’ ou teoria da argumentação (Perelman) veio se aliar à nova lingüística, que investiga o campo da pragmática e para por fim à tirania da sintaxe (...) revela o caráter argumentativo da língua, sua estrutura basicamente dialógica.” Esta nova retórica ou nova lingüística, destituída da preocupação de uma prova analítica, delineada por um caráter argumentativo e dialógico, apóia-se no paradigma jurídico. Regida pelo princípio de justiça, a retórica não objetiva a enunciação unívoca, mas visa a cercar, ainda que ambigüamente, o singular em sua eventualidade e em sua historicidade. Constrói-se, portanto, numa dimensão argumentativa, legitimada seja pela linguagem cotidiana, filosófica ou científica. Nos termos de Pessanha, é o chão das polissemias. E aqui estamos longe de Bachelard e de Bordieu. Para esses, a ciência não comporta linguagem da *doxa* ou a continuidade com a linguagem cotidiana. PESSANHA, J.M. **História e Ficção: entre o sono e a vigília**, p. 297

para os pressupostos do pensamento científico que se configuram como obstáculos para suas investigações e terminam por impor seus esquemas de pensamento e suas opções temáticas. Alerta-nos Bordieu: “Assim, por exemplo, há problemas que o sociólogo omite porque a tradição profissional não reconhece dignos de serem levados em conta, não oferece os instrumentos conceituais ou as técnicas que permitiriam tratá-los canonicamente; inversamente, há problemas que se exigem que sejam colocados porque ocupam um lugar destacado na hierarquia consagrada dos temas de investigação.”²³ Nessa perspectiva, as teorias que perfazem a tradição do pensamento sociológico podem, muitas vezes, se cristalizar como obstáculos epistemológicos tal como a sociologia espontânea. O que vai exigir que se utilize contra a tradição mecanismos específicos para se esquivar do senso comum, como por exemplo, a psicanálise do conhecimento sociológico. Por outro lado, se concordamos que os dados são elementos historicamente construídos, impregnados do provisório e do precário, a história de uma ciência, inclusive a da sociologia, se dá por rupturas, por discontinuidades. Um novo modelo teórico vem para se contrapor e substituir o anterior, interrogando seus fundamentos e sua constituição. Não para prolongá-lo, somando-se a ele.

No que concerne à construção do objeto, retomemos as máximas de Bachelard: o sujeito se orienta por um modelo teórico a partir do qual constrói o real; a existência do fenômeno está atrelada ao sujeito cognoscente, é o resultado de sua criação, ou seja, um artefato intelectual; o pensamento que cria o objeto - que consiste na consecução de uma problemática - é sempre aproximado e provisório, visto que teorias e métodos permanecem abertos a retificações. A partir dessas considerações, Bordieu assevera que a investigação sociológica constrói seu objeto rompendo com a percepção imediata. O percurso para realizar o objeto não é, portanto, também na sociologia, a constatação empírica, mas a elaboração de uma problemática teórica. A investigação não parte do real. Inversamente, a realidade dá visibilidade apenas ao que lhe é interrogado. O processo de pesquisa é direcionado pelas perspectivas teóricas do sociólogo em todos os graus, uma vez que a ausência de teorias simplesmente obstrui a possibilidade das leituras possíveis do sujeito em relação ao objeto. Assim como Bachelard, Bordieu postula que a teoria preside a investigação e adere à idéia segundo a qual o ponto de vista cria o objeto. Nesse sentido, o autor afirma que o objeto da investigação é sempre construído em

²³ BORDIEU, P. **El oficio de sociólogo**, p. 47

função de uma teoria viabilizadora da conexão entre o problema e os aspectos do real que serão sistematicamente examinados. A prática positivista antagoniza com esse procedimento, visto que considera os dados como fatos. Procedimento cujo corolário reside numa série de reinterpretações inconseqüentes, que são perfilhadas como reproduções realistas do mundo empírico, negando-lhes a condição de interpretação ou construção.

A subordinação aos dados como imperativo que permeia a tradição e, também, as produções sociológicas mais contemporâneas, consiste mesmo numa renúncia frente aos mesmos. Prática que requer a continuidade entre o pensamento científico e a percepção. Dito de outra forma, sem a assunção da ruptura com a sociologia espontânea e com o senso comum, a construção do objeto enquanto resultado das determinações do sujeito não se verifica na sociologia: “Ocorre com efeito como se o empirismo radical propusesse como ideal ao sociólogo anular-se como tal. A sociologia seria menos vulnerável às tentações do empirismo se bastasse recordar como dizia Poincaré, que os fatos não falam.”²⁴ Bordieu considera que, talvez, a maldição das ciências do homem seja justamente a de ter um objeto que fala. No caso da sociologia o discurso do objeto tem papel sedutor para a condução da investigação. A problemática pode traduzir, em última instância, a fala do sujeito investigado e não a perspectiva teórica do sujeito investigador. Ao contemporizar e ao se apropriar do discurso do objeto - que na verdade é sujeito - o sociólogo pode livrar-se de suas fantasias, mas torna-se vulnerável à incorporação da fala dos entrevistados na sua própria discursividade, exercendo a sociologia espontânea com autoridade de sociologia científica e objetiva. Por conseguinte, sob a ilusão de neutralidade, a prática sociológica resulta, muitas vezes, na consagração da opinião do objeto – que, afinal, é, também, sujeito -, e finda por realizar uma construção que se dá como prolongamento da opinião, que segundo Bachelard, traduz necessidades em conhecimentos, priorizando a utilidade dos objetos ao mesmo tempo que inviabiliza a possibilidade de conhecê-los.

Nessa perspectiva, o registro sociológico configura-se como o pleonasma da experiência. Logo, é de crucial importância que o sociólogo reconheça que seu trabalho implica uma construção controlada e, aomesmo tempo, consciente da cesura em relação ao objeto. São pertinentes as palavras de Bordieu: “O sociólogo não sabe o que fazer quando, desorientado por uma falsa filosofia da objetividade se propõe a anular-se

²⁴ Idem, p. 57

enquanto tal (...). Não há nada mais surpreendente que o hiperempirismo que renuncia ao dever e ao direito de construção teórica em proveito da sociologia espontânea e reencontra na filosofia espontânea da ação humana como expressão de uma deliberação consciente e voluntária, transparente em si mesma: (...) supõem que os objetos podem guardar em algum momento a verdade objetiva de seu comportamento (...) como se a representação que os sujeitos se fazem de suas decisões ou de suas ações, não se devesse às racionalizações retrospectivas.”²⁵ Subjaz às considerações do autor, o reconhecimento de que o desenrolar da pesquisa sociológica tem como ponto de partida a problemática teórica e não o objeto. A indiferença em relação a isso resulta ainda numa construção, mas na qual o sujeito se desconhece enquanto tal e que é caucionada pelo discurso fictício elaborado pelos sujeitos-objetos. Nesse sentido, não há alternativa. O sociólogo que recusa a construção e um corpo de hipóteses metodicamente construídos e submetidos à prova experimental enreda-se em interrogações inconscientes, incontroláveis e incoerentes, ancoradas nas pré-noções da sociologia espontânea.

A idéia de uma sociologia que logre a ruptura com o senso comum, mas, simultaneamente, concretize o ideal empirista de independência de pressupostos teóricos é, de acordo com Bordieu, inviável. Isso porque as técnicas metodológicas representam, em termos bachelardianos, a reificação da teoria. Ou seja, os instrumentos e técnicas de registro, as operações da prática sociológica desde a elaboração dos questionários e codificação até as análises estatísticas consistem em teorias em ato. Técnicas que, enfim, não possuem significação outra que não a da construção do objeto seja ela consciente ou não. Ao subsumir a metodologia à condição de técnica, isolando-a da teoria e de sua problemática, a questão do método é desvirtuada pela prática sociológica. Ou seja, o método delinea-se como técnica pura, isenta de perspectivas definidas *a priori*. Bordieu enfatiza que às técnicas mais neutras são intrínsecas teorias do social, de modo que mesmo a postura mais radicalmente empirista, que se persuade da possível apreensão do social em si mesmo, é norteadada por um horizonte teórico. A observação não é jamais o ponto de partida, e técnica pura para a prática sociológica inexistente: “(...) não há registro perfeitamente neutro, não existe uma pergunta neutra. O sociólogo que não submete suas próprias interrogações a uma interrogação sociológica não poderia fazer uma análise verdadeiramente neutra das respostas que provoca.”²⁶ A rigor, o sociólogo que permaneça indiferente à problemática que permeia suas perguntas ou suas técnicas,

²⁵ Idem, p. 58

obstaculiza o descortinar das perguntas que os sujeitos inserem em suas respostas, de modo que os instrumentos utilizados terminam por obnubilar a realidade e não por desnudá-la em sua exatidão conforme a expectativa empirista. O sujeito - sociólogo -, ao elaborar suas estratégias de pesquisa, deve estar lúcido quanto à suas limitações para que se possa ter noção real de seu alcance. A utilidade dos instrumentos de observação e dos recursos metodológicos não deve minimizar seus limites epistemológicos.

Das considerações acima é plausível inferir que não há na sociologia, como em nenhuma outra ciência, operações técnicas, por mais elementares que se configurem, que não sejam perpassadas por uma opção epistemológica e por uma teoria do objeto. Ao desconhecer a necessidade do modelo teórico, o sujeito positivista, ou objetivista, nega sua própria condição de sujeito científico. Postura que desemboca, segundo Bordieu, numa sociologia sem objeto visto que esse, também para a sociologia, consiste no conjunto das determinações do sujeito. Em outros termos, a denegação do fato enquanto constructo ou artefato de técnicas multifacetadas, implica ignorar que as diferentes técnicas podem suscitar uma variabilidade de conhecimentos concernentes ao mesmo objeto, desde que esse seja perspectivado por um modelo teórico e pela reflexão acerca dos seus limites e das condições em que ele é válido ou eficaz. Segundo Bordieu, ao deslindar os limites nos quais se circunscrevem os métodos em questão, essa reflexão abre precedentes para a criação de novos procedimentos metodológicos. A concepção da teoria como construtora do objeto tem, como pudemos vislumbrar em Bachelard, implicações radicais, visto que opera a majoração da capacidade de criar, de desejar o novo. Assim como o pensamento científico germina mais no irreal do que na experiência, a teoria sociológica não emerge das evidências do empírico mas, antes, da capacidade humana de imaginar.

A trajetória até aqui tecida sugere uma epistemologia ou uma reflexividade para o pensamento sociológico que se configura em concomitância com sua prática; afirma, no viés bachelardiano, que a sociologia, para constituir-se como ciência, deve estabelecer cesuras com o senso comum e com a percepção; evoca a ingenuidade inerente à prática empirista, visto que não há técnicas ou métodos que não veiculem implicitamente uma teoria do social, o objeto é construído e seu ponto de partida não é a observação, mas a construção de uma problemática. Assim, se a ruptura é quesito fundante da prática sociológica para que os preconceitos do sujeito ou do discurso do objeto não sejam

²⁶ Idem, p. 63

tomados por teorias explicativas, subtende-se que deve haver um distanciamento entre sujeito e objeto tal como é concebido no senso comum. Entretanto, ao nos referirmos à prática tradicional da sociologia, constatamos que tais vertentes implicavam justamente um distanciamento entre sujeito e objeto operador de abordagens fixistas. Estabelecamos as diferenças.

No caso da sociologia de corte positivista, na tradição durkheimiana, para que a objetividade seja alcançada é necessário o abandono das pré-noções, o enfoque deve ser imparcial para que possa ser captado em si mesmo. No entanto, não há ruptura. Em outros termos, a análise sociológica se dá em continuidade com a percepção visto que recusa os pressupostos teóricos. Ao crer eximir-se enquanto sujeito, o sociólogo reproduz as imagens da percepção, a qual finda por gerar o problema que orienta a pesquisa. Afasta seus preconceitos, mas canoniza os preconceitos de seu objeto falante. Recordemos a tese de Durkheim segundo a qual a sociologia visa a reproduzir a sociedade em si mesma e não a forma pela qual ela se configura mediante o sujeito da investigação. Difere radicalmente desse registro o propósito de Bordieu. Transpor os critérios da epistemologia bachelardiana para a sociologia envolve a compreensão de que o fato em si inexistente. Existem as construções cujo ponto de partida reside numa problemática elaborada por um sujeito específico que se concretiza na prática metodológica. No primeiro caso, o distanciamento entre sujeito e objeto resulta na evasão do sujeito da condição de criador. Ou seja, aqui a postura do investigador não logra a ruptura porque pretende se afastar do senso comum e enveredar pela pesquisa sem a consecução de uma construção teórica prévia. Pretensão que resulta no que Bordieu designa sociologia espontânea ou na reprodução, via aplicação de procedimentos fixos e consagrados, do senso comum, do qual pretendia se afastar. No segundo, o distanciamento equivale à real ruptura com o imediato e constitui condição substancial para que o sujeito, em vez de submeter-se ao objeto e às suas evidências, eximindo-se do papel de artífice, construa a problemática teórica e o próprio fenômeno. Abre-se aqui a possibilidade de equacionar a sua natureza, as condições e as restrições de suas técnicas - multifacetadas e abertas - de forma que elas possam ser transformadas, multiplicadas e inovadas. Nesse caso, o sujeito se distancia do objeto em seu estado natural, mas sua presença é indissociável do constructo.

Ainda na trilha de Bachelard, Bordieu pressupõe que o racionalismo aplicado constitui a alternativa a ser perseguida pela prática sociológica. Considera, pois, que os

procedimentos usuais da investigação que se delineiam por um movimento cíclico e sucessivo (observação hipóteses, experiências, teorias, observação, etc.), a despeito de seu papel pedagógico, engendram equívocos, visto que segmenta a prática e a burocratiza. A representação clássica dos métodos, em procedimentos seqüenciais ocultam a ruptura, a construção e a prova dos fatos que não podem ser subestimadas num processo cronológico das operações que pautam a investigação. Em outros termos, o próprio fato como constructo, fruto da conquista e da comprovação, não envolve a postulação subliminar segundo a qual esses atos epistemológicos seriam sucessivos e independentes.

Na epistemologia bachelardiana, construção e ruptura são momentos constitutivos de uma problemática teórica que antecede e engloba outras etapas epistemológicas. De acordo com Bordieu, o racionalismo aplicado corta seus vínculos com a epistemologia espontânea justamente quando inverte a hierarquia entre teoria e experiência, priorizando a primeira. A observação e a experiência, por conseguinte, têm seu grau de cientificidade aquilatado quando são secundadas por pressupostos teóricos conscientes e sistemáticos, bem como por uma experiência que vem atestar o valor explicativo da teoria. Postura diametralmente oposta ao olhar da sociologia positivista que não aceita a presença da imanência da teoria na observação e para a qual a observação dos fatos é mais precisa quando livre de pressupostos. A pressuposição da teoria leva-nos a entrever que o resultado de uma observação - ajuste ou não da hipótese ao fato - não se justifica por intuição ou coincidência, mas porque os métodos intrínsecos à teoria desembocaram necessariamente nesse fato observado. As palavras de Bordieu poderiam ser de Bachelard: “Quando se submete a hipótese à verificação e, inclusive, quando essa é comprovada ou desmentida, não está terminada a teoria nem tampouco a construção de hipóteses. Toda experiência corretamente realizada tem por efeito intensificar a dialética entre razão e experiência, mas só sob a condição de que se saiba pensar adequadamente o real, ainda que negativamente, que produz e interroga-se sobre as razões que obrigam os fatos a dizer não.”²⁷ Uma postura ancorada na fragmentação da prática de investigação resulta na cristalização de procedimentos fixos, obstruindo a possibilidade do ajuste. Nessa perspectiva, os procedimentos inerentes à prática sociológica, por mais substanciais que sejam podem carecer de sentido, caso o método escolhido não esteja concatenado e orientado pelas hipótese e objetivos que singularizam

²⁷ Idem, p. 88

a investigação. Ademais, o autor ratifica que a apreensão dos fatos, com a prática da observação, pode ser comprometida pelo enrijecimento dos procedimentos quando as limitações dos recursos metodológicos não são sistematicamente equacionadas e passam a ser convalidadas sem reflexão, como se o método sozinho fosse capaz de trazer à tona a verdade íntima e recôndita do objeto. Considerando-se que a prática obtém certos resultados graças à teoria que a fundamenta, é preciso que a hipótese veicule pressupostos teóricos de modo que possa ser rechaçada pela experiência, revelando, assim, seus limites. Entretanto, não é a hipótese isolada que a experiência denega, mas todo o universo teórico. Quando os pressupostos teóricos e racionais são contraditados, o pensamento deixa-se violentar pelo novo, abrindo-se para inéditas problemáticas e conjeturas.

Evocando Bachelard, quando esse pondera que os modelos realistas e idealistas perfazem extremos que convergem para o ponto intermediário, qual seja, o racionalismo aplicado, o único que logra a verdade da prática científica e propicia uma associação entre valores de coerência e fidelidade ao real, Bordieu estabelece uma conexão entre esta nova racionalidade e as ciências do homem. Ou seja, a esterilidade do realismo e do idealismo para as ciências físicas equivale às filosofias que atravessam as ciências humanas, quais sejam, o intuicionismo e o positivismo. Posturas que, ao se oporem de forma exacerbada e antitética, logram unicamente diálogos estéreis, distanciando-se de uma posição intermediária no que se refere à dialética entre razão e experiência. O autor incrementa sua argumentação ao elucidar que a sociologia hoje oscila entre uma teoria social sem fundamentos empíricos e uma empiria livre de pressupostos teóricos. O que revela uma apropriação caricaturista das ciências naturais. Desde que a prática sociológica se pulverize desse fascínio pelos extremos, quais sejam, procedimentos enrijecidos e abstração teórica maximizada e desconectada da experiência, sua superação e seu amadurecimento enquanto ciência pode, na ótica de Bordieu, ser vislumbrada nessa intermediação em que teoria e prática são interdependentes e se alteram reciprocamente. Obstrui-se, assim, o exercício de uma sociologia espontânea, cujos malefícios para a prática sociológica já foram referidos.

É importante esclarecer, entretanto, que o fascínio pelo empirismo, pela verdade extraída de dados puros fez mais escola na sociologia do que o intuicionismo ao qual alude Bordieu. A concepção do fato como construção racional e empírica não se universalizou na sociologia, foi suplantada pelas práticas resolutamente empiricistas,

fascinadas com uma sociologia de resultados colhidos no evidente. Tendência que vem contemplar uma fixação pelo método, pelas técnicas. O autor ressalta, ainda, que em concomitância com esse encantamento pelos extremos, verifica-se comumente, no ofício dos sociólogos, um automatismo burocrático que pode ser engendrado pelas divisões técnicas do trabalho, bem como pela organização social da produção (autonomia das operações, a coleta de dados burocratizada). Burocratização e racionalização da prática sociológica que, ao se esquivar da orientação de um racionalismo aplicado, finda por exacerbar a importância da prática empírica e por erigir uma teoria sem controle. Posto que a prática assim segmentada obnubila a visão do investigador, e que ela mesma se revela estéril para desencadear uma reflexão epistemológica que se proponha a desnudar o inconsciente que nela se manifesta, torna-se fundamental uma epistemologia mais sistematizada.

Assim, o controle exercido pela comunidade revela-se imprescindível. Aludindo a Bachelard quando esse preconiza a comunidade como a produtora da normatividade e da possível objetividade do trabalho científico, Bordieu imputa à comunidade, enquanto microcosmo social, a capacidade de produzir as normas que delineiam a competência profissional, a organização e o exercício da vigilância epistemológica. O autor tece, então, uma crítica aos sociólogos que vêem na comunidade unicamente a generalização da inércia e a resistência ao novo - em que pese tal risco efetivamente exista, como nos alertou enfaticamente Thomas Khun. Para Bordieu, uma postura unilateral em relação à comunidade, ocasiona a ignorância de seu papel fundamental, qual seja, a produção de controle que, em última instância, insufla o sucedâneo de rupturas em relação à tradição. Decorre daí que a sugestão do autor segundo a qual à sociologia não cabe interrogar se lhe é pertinente o estatuto de ciência, mas equacionar o tipo de organização e funcionamento da comunidade mais propenso à emergência e ao desenvolvimento de uma investigação norteada pelo controle de caráter científico.

Bordieu salienta a importância de uma comunicação plena e livre entre os cientistas, na qual o controle sobre as investigações seja perene. A intersubjetividade do conhecimento científico associada à disposição crítica do cientista constituem os critérios de objetividade mais contundentes. O controle socialmente exercido obsta a expansão e a manifestação das fantasias subjetivas e individuais dos investigadores e dos investigados. Daí decorre a importância da sociologia do conhecimento, evidenciada pelo autor. O sociólogo sozinho não é capaz de libertar-se de ideologias, de imagens

inconscientes, enfim dos obstáculos que permeiam seu trabalho. Uma reflexão epistemológica é fundamental e só pode enraizar-se na investigação sociológica quando forem estabelecidas as condições sociais de um controle epistemológico ancorado em intercâmbios entre os cientistas, com o exercício livre da crítica e uma sociologia das práticas sociológicas. Assinala o autor: “Confrontando continuamente cada cientista com uma explicitação crítica de suas operações científicas e dos pressupostos que implicam e obrigados por este meio a fazer desta explicitação o acompanhamento obrigatório destas práticas e da comunicação de seus descobrimentos, este sistema de controles cruzados tende a constituir e reforçar em cada um a atitude da vigilância epistemológica.”²⁸

Em suma, o conflito constitutivo da cidadela científica é postulado como garantia do processo de objetivação. Ou seja, a prática da discussão, a disposição crítica e as condições do controle oriundos do caráter social do pensamento científico e sociológico são fundamentais, visto que não se verifica a existência de um recurso universal e suficientemente válido, perene e exaustivo, para erradicar os obstáculos epistemológicos e para garantir a objetividade das ciências sociais. A cientificidade, nesse caso, não decorrerá da invariabilidade de parâmetros previamente estipulados - como uma metodologia e um conjunto de técnicas que atuariam como panacéias para os dilemas da objetividade -, mas do controle intersubjetivo, do pluralismo, do sujeito descentrado no dizer bachelardiano.

Ancorados nas reflexões de Pierre Bordieu, podemos vislumbrar o modo pelo qual o pensamento de Gaston Bachelard, que reflete sobre uma ciência transgressora dos paradigmas clássicos, torna-se apropriado para pensar uma nova sociologia. Não mais a sociologia que se dicotomiza entre subjetivismo e objetivismo; anacroniza-se a continuidade entre percepção e pensamento sociológico. Torna-se imprescindível para a sociologia uma reflexão epistemológica por meio da qual se possa exercer a vigilância em relação aos obstáculos deflagrados em sua prática. O exercício da vigilância equaciona constantemente os métodos, submetendo-os a mutações e a readequações que ocasionam a positivação do erro, que deve ser retificado. O empiricismo perde o mérito; reconhece-se que o objeto não contém uma verdade a ser deslindada. Inexiste o método sem pressupostos teóricos que deva perenizar e ser exercitado formal e

²⁸ Idem, p. 109

burocraticamente; é a teoria previamente construída que delinea o método, as condições de sua aplicação e a configuração do objeto, ainda que esse venha a retificá-la. E, sobretudo, a sociologia já não pode minimizar o papel do sujeito. Os fatos sociais não são coisas a serem constatadas, são realidades fenomênicas de ordem teórica, constructos cuja objetivação é sancionada pela comunidade, mas que são realizados por sujeitos que, em conflito ou em harmonia com aquela, exercem a sua fenomenotecnia.

Na esteira do pensamento de Bachelard, compreendemos que à medida que a prática sociológica reconhece-se como o movimento que vai do racional ao real, como ofício criador no qual ao sujeito cognoscente compete imaginar e dar forma ao real, desfaz-se o império de procedimentos no quais o método fixo e previamente configurado, obstrui a alteridade do objeto. Em outros termos, ao se reconhecer que a investigação é orientada por modelos teóricos específicos, opera-se a possibilidade de que no entrecruzamento entre teoria e experiência, o objeto incida sobre a teoria modificando-a, de modo que o pensamento se deixe violentar e problematize sua própria constituição. Eis o exercício da razão cuja função é deflagrar crises, eis a razão polêmica na sociologia que torna tangível o surpreendimento do sujeito diante dos enigmas do objeto e que se afirma como razão criadora que carece da imaginação para engendrar os modelos teóricos e os métodos plurais que darão concreção à sua prática.

Nessa perspectiva, a epistemologia de Gaston Bachelard nos desnuda uma sociologia que também sofreu a revolução psíquica dos novecentos, na qual a ciência não pode mais ser dissociada do sujeito, na qual a razão torna-se criativa, o objeto deixa de ser regido por uma racionalidade intrínseca que estabelece suas leis diretrizes. Essa sociologia torna-se constructo que não denega a precariedade de suas construções. A contribuição bachelardiana de maior envergadura para a sociologia, está em evidenciar a impossibilidade de um saber sociológico caucionado puramente em métodos fixos e manifestações empíricas. Não há sociologia sem constructo ou sem sujeito. O realismo ingênuo está ultrapassado também para a sociologia. Carece de sentido a crença na observação como origem do conhecimento ou numa sociologia de resultados que independa da ação de conhecer. Nas palavras de um sociólogo contemporâneo: “A questão que se coloca à sociologia contemporânea mais construtivista é, precisamente, a de saber qual a objetividade do conhecimento que despreza a subjetividade da sua produção. Perspectiva construtivista que já se insinuava na teoria da relatividade de

Einstein (para quem as observações são relativas ao ponto de referência do observador) e no postulado de Heisenberg que sustentava que toda observação influi no observado. “²⁹

Não obstante, alguns autores consideram que o paradigma bachelardiano, racionalista construtivista, que tem sua importância na sociologia maximizada durante os anos 60 e 70, arrefece e entra em declínio nos anos 80. Esse conjunto de autores, que aglomera filósofos e sociólogos, refuta certas análises de Bachelard. As críticas mais persistentes recaem sobre a visão da história bachelardiana, a qual, apesar do discurso da ruptura, não se desvencilha de um certo evolucionismo, de uma postura racional exacerbada que obnubila ou desdenha formas outras de saber, desde o senso comum até a multiplicidade de saberes que trafega por essa sociedade e por outras, regidas por códigos distintos daqueles pertinentes ao registro científico. Não cabe aqui nos debruçarmos sobre esses autores e analisá-los em profundidade, propósito que exigiria uma nova investigação, ainda que consideremos suas observações sumamente importantes para esclarecer os limites do pensamento bachelardiano seja para o pensamento científico em geral, seja para a sociologia em particular. Aludiremos, todavia, a algumas críticas tecidas por Boaventura Santos.

Esse autor está entre os que reconhecem em Bachelard e em sua obra o prenúncio do processo de desdogmatização que o pensamento científico vem sofrendo no decorrer deste século. Considerando-se que dogmatização da ciência no registro do autor consiste em: “(...) uma concepção de ciência que vê nessa o aparelho privilegiado da representação no mundo sem outros fundamentos que não as proposições básicas sobre a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas, sem outros limites que não os que resultam do estágio do desenvolvimento dos instrumentos experimentais ou lógico dedutivos.”³⁰ Nesse sentido, a reflexão bachelardiana foi a que mais influenciou os autores mais recentes que vêm desenvolvendo uma epistemologia cada vez mais ampla. No intuito de sanar contradições produzidas pela prática científica, as reflexões epistemológicas contemporâneas, as novas teorias terminam instaurando cesuras nas propostas de racionalidade subjacentes ao paradigma da ciência moderna.

²⁹ PAIS, José Machado. Das regras do método, aos métodos desregrados, **Revista Tempo Social**. USP, São Paulo, 1996 no. 8

³⁰ SANTOS, B. S.. **Introdução a uma ciência pós moderna**, p. 23

Santos considera que as críticas bachelardianas ao pensamento científico clássico possibilitaram grandes conquistas, mas o filósofo das rupturas representa, a seu ver, o ápice de uma consciência científica que visualiza na ciência o acesso prioritário à verdade, a uma esfera de autonomia absolutas e cujos critérios e fundamentos são fornecidos exclusivamente pela prática científica, negligenciando as outras esferas sociais. Em outras palavras, a reflexão bachelardiana subtrai o questionamento acerca das condições sociais da produção e da distribuição dos resultados da investigação científica. Daí decorre a crítica do autor em relação a Bachelard. Ou seja, o pensamento bachelardiano apresenta uma concepção mais avançada de ciência mas, simultaneamente, sua visão é a que melhor delinea os pressupostos em se assenta a mentalidade científica moderna e a que mais cria obstáculos à sua superação. A proposta de Boaventura consiste em ultrapassar, em ir além da ruptura suscitada pela crítica bachelardiana à ciência clássica para vislumbrarmos o perfil de um outro paradigma emergente que já se delinea nesses tempos de crise, de transição e de degenerescência das formas clássicas de agir e pensar. Autores de diferentes esferas procuram tecer suas características. Entre eles, o próprio Santos.

Em seu texto *Um discurso sobre a ciência*³¹, o autor sistematiza algumas dessas características. Primeiramente, esse modelo implica o fim da dicotomia entre ciências naturais e sociais, unificação que ocorre sob a égide das ciências sociais, as quais atuam como agente catalisador dessa fusão, com a conseqüente revalorização dos estudos humanísticos - o que torna absolutamente anacrônica uma separação entre sociologia objetivista e subjetivista. O reconhecimento de que nenhum conhecimento é absolutamente racional, a racionalidade está na configuração, o que leva a ciência, enquanto saber, a dialogar com a multiplicidade de conhecimentos que circulam na sociedade como a religião, a arte, o senso comum, deixando-se penetrar por eles. Ocorre aqui uma volta ao senso comum através de uma segunda ruptura epistemológica, por intermédio da qual a ciência se reconcilia com os leigos assumindo a responsabilidade por sua aplicação prática, de modo que o conhecimento científico se converta em um novo senso comum. Persegue-se uma ciência temática e não mais especializada, cujos temas exigem a transgressão das áreas do saber; o conhecimento passa a ser simultaneamente local e total, advento que propicia uma aproximação cada vez maior entre trabalhos científicos e textos literários. Daí advém a ressubjetivação da ciência,

visto que o trabalho científico deve ser pensado em consonância com a biografia daquele que o criou. Ao assumir peculiaridades literárias, visto que a crítica literária prenuncia uma subversão na relação entre sujeito e objeto - como, aliás, antevê Bachelard, ao salientar que o texto literário reclama a adesão da subjetividade do investigador ou do leitor - não apenas ratifica-se a priorização do sujeito na ciência, mas extingue-se a relação sujeito-objeto que é substituída pela relação sujeito-sujeito. São esses os traços desse novo modelo de saber pós-moderno, para o qual, sustenta o autor, o pensamento de Bachelard apresenta limitações e revela-se inadequado, visto que ainda insiste num modelo de racionalidade científica pertinente à ciência moderna.

No que tange aos pontos focalizados pela crítica do sociólogo português ao paradigma bachelardiano, ressalte-se um de seus elementos estruturais, qual seja, a separação entre ciência e senso comum. Recordemos que para o filósofo a ciência se constrói a partir de uma cesura radical com a percepção. O conhecimento científico se constitui rompendo com as evidências, contra a opinião, diz não às experiências imediatas, ao senso comum e jamais se realiza como pleonismo da experiência, âmbito da falsidade e do engodo. A ruptura viabiliza a consecução de um pensamento alicerçado por critérios de validade fundamentalmente racionais. A respeito da idéia da ruptura como o fundamento da ciência, e da necessidade de uma vigilância epistemológica perene, tal como postulado por Bachelard, Santos escreve: “A ruptura epistemológica bachelardiana interpreta com fidelidade o modelo de racionalidade que subjaz ao paradigma da ciência moderna (...) mas se interpreta bem o paradigma moderno, também só é compreensível dentro dele. Isto é, a ruptura epistemológica bachelardiana só é compreensível dentro dum paradigma que se constitui contra o senso comum e recusa as orientações para a vida prática que dele decorrem; um paradigma cuja forma de conhecimento procede pela transformação da relação eu/tu em relação sujeito/objeto, uma relação feita de distância, estranhamento mútuo e de subordinação total do sujeito ao objeto, um objeto sem criatividade nem responsabilidade.”³² Nessa perspectiva, o pensamento bachelardiano, em que pese equacione o paradigma clássico da ciência em vários aspectos, maximiza segundo Santos alguns de seus traços. Bachelard permanece, assim, dentro do paradigma tradicional ao reduzir o observável ao unificável e ao valorizar as regras do conhecimento matemático desqualificando, simultaneamente, a

³¹ SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Ed. Afrontamento, Porto, 1987

³² SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós moderna**, p. 37

dimensão cognitiva e social das qualidades que dotam de sentido a vida prática dos homens. Denuncia o autor: “(...)um paradigma que assenta na distinção entre o relevante e o irrelevante e se arroga o direito de negligenciar o que é irrelevante e, portanto, de não reconhecer nada do que não quer ou não pode conhecer; um paradigma que avança pela especialização e pela profissionalização do conhecimento, com o que gera uma nova simbiose entre saber e poder onde não cabem os leigos que assim se vêem expropriados de competência cognitiva e desarmados dos poderes que elas conferem; um paradigma que se orienta pelos princípios da racionalidade formal ou instrumental, irresponsabilizando-se da eventual irracionalidade substantiva ou final das orientações ou aplicações técnicas que produz; finalmente um paradigma que produz um discurso que se pretende rigoroso, anti-literário e sem imagens nem metáforas, analogias ou outras figuras da retórica, mas que, como isso corre o risco de se tornar (...) um discurso desencantado, triste e sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade”³³

Em face desses aspectos, Santos considera a epistemologia bachelardiana representativa do paroxismo da consciência moderna no que concerne à ciência. Uma consciência que não põe em causa sua estrutura ou seu modo de funcionamento. Segundo o autor, a produção do saber, tal como desponta atualmente, resgata elementos excluídos pela mentalidade científica clássica e contemporiza com eles. Sob a égide de uma outra sensibilidade, qual seja, as verdades locais e não universalizantes, instaura-se o fim dos sistemas atemporais, a abertura para o incognoscível, a flexibilidade metodológica. O pensamento científico redefine, assim, os limites entre as especializações³⁴ e reconhece

³³ Idem, p. 38

³⁴ Ilya Prigogine enfatiza em vários de seus trabalhos a redefinição da mentalidade científica, à qual subjaz uma outra proposta de objetividade que opera uma verdadeira complementaridade entre as ciências. Escreve o autor: “Não se trata (...) como não temos cessado de sublinhar, de anular esta distancia, de ‘aplicar os conceitos da física (...) às ciências da vida e dos homens, senão de definir o gérmen de uma nova coerência entre as ciências. Os físicos sabem agora que seu modo de descrição, a eleição do que poder ser depreciado ou deve ser levado em conta na definição de seu objeto, não vem de uma vez por todas, mas que pode depender do modo intrínseco do regime de atividade daquilo que estudam. Eles descobrem igualmente o problema de qualquer ciência (...) a possibilidade de uma evolução que transforme o sentido, o papel, a pertinência das variáveis em termos das quais quiséramos compreendê-la. (...) Durante muito tempo um ideal de objetividade nascido das ciências físicas tem dominado e dividido as ciências. (...) Hoje em dia está nascendo uma nova concepção de ciência e de objetividade científica que explicita o caráter complementar e não contraditório das ciências experimentais, que criam e manipulam seus objetos, e as ciências narrativas, cujos problemas são as histórias que se constroem criando seu próprio sentido.” PRIGOGINE, Ilya. **Entre el tiempo y la eternidad**. Alianza universidad, Madrid, 1990, p. 197

que a ciência tal como o senso comum, a arte e a religião, é um discurso entre outros que tem sua gênese nos desejos e na necessidade humana de instaurar uma ordem, de apreender sentidos e de inventá-los. Trata-se, enfim, de reconhecer que a ciência não é o registro das verdades incontestáveis, mas de um tipo de verdade que decorre de procedimentos específicos. A produção de tais verdades, não obstante almeje a objetividade, não permanece invulnerável aos assédios da imaginação e do cunho subjetivo de quem a produz. Aspectos em relação aos quais - sustenta Boaventura Santos - o paradigma bachelardiano permanece aquém.

Em síntese, a análise de Boaventura classifica e presume que a fratura instaurada pelo pensamento de Bachelard em relação à ciência clássica é importante, todavia, insuficiente. Crítica que é coextensiva a Bordieu e à apropriação de Bachelard pela sociologia em geral, visto que a reflexividade proposta por Bordieu, segundo Santos, propicia, no máximo, um aperfeiçoamento técnico do cientista, mas não logra uma sociologia que devolva aos sujeitos - transformados em objetos - tal estatuto ou o direito a discursos significativos e que faça do aperfeiçoamento técnico um aperfeiçoamento também moral.³⁵

A crítica de Boaventura ao modo pelo qual a relação ciência e sociedade aparece na obra de Bachelard é aqui compactuada. Certamente, Bachelard não tematiza as determinações que a sociedade pode exercer sobre o pensamento científico, a responsabilidade do cientista perante a distribuição dos resultados e o acesso a eles pelos leigos, e não discute, tampouco, as sérias implicações da relação entre ciência e poder, ou seja, o fato de que uma prática científica sem controle público torna-se presa fácil do poder político e finda por ser utilizada em prol de interesses particulares. Certamente, a cesura verticalizada entre ciência e senso comum, a denegação das primeiras impressões para que se dê lugar a uma construção, a um equacionamento crítico que nos leve a superar um imediato muitas vezes repleto de equívocos pode, sem dúvida, ser eficaz. Todavia, permeia a argumentação bachelardiana uma indiferença em relação a um

³⁵ Assim se manifesta o autor: “Daqui se conclui que a linha de reflexividade objectivista, nas condições que tem sido proposta, pode aspirar a pouco mais do que à catarse de quem a empreende. Talvez consiga um certo aperfeiçoamento técnico do cientista, o que, não sendo de modo nenhum desprezível, é insuficiente para caucionar uma ciência capaz de restituir aos sujeitos (por ela feitos objetos) o domínio das falsas transcendências. É que a falsa transcendência do nosso tempo é, por excelência, a ciência moderna. Para a dominar é preciso uma nova ciência, uma nova prática científica. É preciso, para começar, que o aperfeiçoamento técnico seja por antonomásia aperfeiçoamento moral, que não haja entre eles o fosso cavado pelo positivismo.”. SANTOS, Boaventura; **Introdução a uma Ciência Pós Moderna**, p. 98

discurso de poder investido de verdade, que exclui necessariamente as formas outras de saber - entre as quais o senso comum - relegando-as à condição de ilusão, de engodo. Subjaz aqui, no limite, o risco de uma prática de conhecimento que, em sua univocidade, revela-se eliminadora das alteridades, que se recusa a aceitar o outro.

Nessa senda, delineia-se como problemática uma prática sociológica que desqualifica totalmente o senso comum³⁶. O próprio Bordieu encarregou-se de desnudar os tênues limites entre os discursos cotidianos e a reconstrução sociológica, a qual nem sempre logra impedir a infiltração do primeiro em sua discursividade racionalmente construída. E, se refletirmos acerca da sociologia que reivindica o papel da compreensão do significado que os agentes atribuem às suas ações, o discurso dos agentes torna-se material primordial de análise ainda que, posteriormente, a abordagem sociológica explicita significados outros que não aqueles veiculados pelo senso comum. Sob esse prisma, o saber comum é importante para a análise sociológica, ainda que no decorrer da investigação venha a ser superado.

Ademais, cumpre esclarecermos que o projeto bachelardiano para as ciências sociais nunca se delineou claramente. Em *A Psicanálise do fogo*, o filósofo assevera que ao estudar os homens, o método ancora-se na simpatia e não numa postura taciturna e irônica, tal como ocorre com as outras ciências.³⁷ Talvez possamos entrever aqui uma sensibilidade bachelardiana para as ciências sociais atenta às sutilezas de suas singularidades. Noutros termos, os dizeres de Bachelard podem ser lidos como indícios de uma certa lucidez em relação ao fato de que o imediato nas ciências do homem não equivale necessariamente às incursões fantasiosas, mas a formas outras de

³⁶ No que concerne a esta questão, Boaventura Santos justifica: “Eu penso que a questão da vigilância epistemológica que, aliás, Bachelard tanto salientou, é importante, só que ele não foi suficientemente vigilante, porque ele apenas nos incitou a termos vigilância contra o senso comum e não nos incitou a termos vigilância epistemológica contra a própria ciência que vai contra o senso comum. E daí que no livro *Introdução a uma Ciência Pós-moderna* eu diga que nós necessitamos de uma dupla ruptura epistemológica. Nós temos que romper com o senso comum mistificatório que é, no fundo, a evidência do conhecimento popular em sociedades injustas como as nossas. Essa ruptura se faz com a ciência e não posso descartar a ciência moderna para isso; só que não posso ficar nela, é preciso depois fazer uma segunda ruptura epistemológica no sentido de romper e criar um outro senso comum, Um senso comum mais emancipador, mais libertador.” In: *As ruínas Emergentes da Modernidade e a Pós-Modernidade. Entrevista com Boaventura de Souza Santos*, em **Revista Plural**, USP, São Paulo, no. 3, 1. sem., 1996, p. 142-143

³⁷ BACHELARD, G. **La psychanalyse du feu**, p. 12

racionalidade e à necessidade de uma outra relação entre o sujeito e o objeto, na qual o objeto é também sujeito.³⁸

Apesar de concordarmos em grande parte com as críticas de Santos, é preciso notar que os limites apontados pelo sociólogo português não minimizam a importância da epistemologia bachelardiana. Não podemos negligenciar as interrogações fundamentais tecidas por Bachelard, as quais apontam para uma concepção de ciência que se desenha na reflexão acerca dos recursos metodológicos para ultrapassar as dicotomias que logram a imobilidade do pensamento; na valorização do inexato, na defesa do conhecimento aproximado; na prioridade do sujeito; na razão polêmica, aberta e aplicada cujo papel é instaurar crises e não perpetuar-se, visto que sua função - agressiva e turbulenta - faz da incerteza o método prevaemente; no questionamento constante da ciência e de sua constituição; na razão que se alimenta da imaginação e que logra a criação porque se origina no mesmo núcleo em que as imagens poéticas são geradas. Ademais, Bachelard celebra uma ciência cujo caráter histórico é inegável; uma ciência que se dá por rupturas e pela retificação perene, cuja precariedade da verdade e variabilidade dos critérios de objetividade é assumida em sua plenitude. Se o pensamento científico possui uma historicidade, ele jamais é definitivo ou determinado, está sempre em mutação. A epistemologia de Bachelard instaura um olhar que se torna cada vez mais generalizado, qual seja, aquele que postula a inclusão da dúvida e da incerteza na construção do pensamento científico, e que concebe a inexistência de determinismos seja no homem ou na natureza. Os itens aqui citados - e anteriormente problematizados - nos permitem incluir Bachelard entre as tendências *pós-modernas* que hoje procuram tematizar ou refletir acerca da ciência divorciando-se do pensamento clássico. Entre os autores que encontramos nessa vertente encontra-se, inclusive, o próprio Boaventura Santos. As modificações radicais propostas por Bachelard em relação à ciência clássica nos fornece indícios de uma nova mentalidade científica que não podem ser minimizados, ainda que se mostrem insuficientes para as mutações com as quais nos deparamos hoje, no que concerne ao modo como a ciência é pensada pela comunidade científica ou pela sociedade de forma geral.

O caráter inconclusivo dessa discussão final deve-se, justamente, ao fato de que uma possível aproximação entre a ciência do social e a epistemologia bachelardiana não

³⁸ No que concerne a essa problemática ver OLIVA, Alberto. Corte epistemológico e costura ideológica, **Folha de São Paulo**, Folhetim, no. 389, 01.07.84

desnuda resoluções definitivas para as interrogações com as quais a sociologia se defronta permanentemente. Na crise de referenciais em que o pensamento sociológico encontra-se imerso, torna-se aceitável, inclusive, a tese do degrading da sociologia enquanto ciência em prol do nascimento das ciências humanas e sociais, que vêm elidir os limites entre as várias áreas do saber humanístico.³⁹ Tendência diametralmente oposta ao desejo fundador dessa ciência que se edificou com a obra de Durkheim: uma ciência autônoma enquanto campo de saber, cujo método estipulava regras bem definidas no que concerne à determinação de sua área de atuação, diferenciando-a das ciências outras. Questiona-se, assim, a necessária identidade e as visões científicas das disciplinas, privilegiando-se a proposta de ciências temáticas, plurais e não mais especializadas, no dizer de Santos. A idéia de *pluralidade* remete tanto ao caráter múltiplo dos temas, como à variabilidade dos métodos a que se recorre. Um fator emblemático disso, reside na freqüência com que as produções sociológicas mais recentes, ao buscarem subsídios para se fundamentarem, transitam por áreas como a história, a antropologia, a economia, a filosofia, a literatura, a psicanálise e a arte. Prática que nos remete a uma transdisciplinaridade que, se se torna paulatinamente comum às várias áreas do saber desde a física até a filosofia, não podemos deixar de reconhecer que na sociologia ela se verifica de forma radical e maximizada.

Nesse sentido, Bordieu figura como um verdadeiro baluarte do desejo de uma sociologia unívoca ao defender uma estratégia similar a uma *realpolitik científica* que delimite clara e definidamente as barreiras entre a sociologia e as outras ciências, condenando o tráfego de sociólogos em territórios literários, históricos, filosóficos, etc. Inversamente, as mais diversas tendências convergem para a defesa de um método múltiplo que opera justamente o obscurecimento das fronteiras entre a sociologia e as outras áreas. Nessa senda, tematizar a sociologia a partir da filosofia de Gaston Bachelard é apenas um entre os inúmeros possíveis que se abrem para essa ciência do social. Isso posto, detenhamo-nos um pouco mais naquela que, afinal, é a alternativa perfilhada por esta dissertação.

³⁹ A respeito da crise na sociologia: “O universo da Sociologia desdobra-se em cada vez mais subuniversos: dos *quantitativistas* aos *marxistas*; dos *históricos* (que também podem ser marxistas) aos *interacionistas*; dos *etnometodólogos* aos *fenomenólogos*; dos *estruturalistas* aos *hermenêuticos*; dos *formalistas* aos *funcionalistas*; dos *sistêmicos* aos *semióticos*. Boa parte das mais recentes e atrativas investigações sociológicas realizam-se em terrenos de fronteira: nas fronteiras do indivíduo, nas fronteiras do próprio saber.” PAIS, José Machado, Das regras do método, aos métodos desregrados, **Tempo Social**, Rev. Sociologia USP, São Paulo, maio de 1996, p. 93

Pensar a sociologia a partir de Bachelard leva-nos a entrever a possibilidade do rompimento com uma metodologia que, ao preço da segurança, da estabilidade, do porto seguro, das rotas pré-estipuladas, transforma o conhecimento numa extensão do que já se sabe, na reafirmação das evidências empíricas. Permite, outrossim a instauração de uma nova figuração para a relação sujeito-objeto. Ou seja, ela já não se dimensiona pela criação de uma antinomia na qual o primeiro exaure completamente os mistérios do segundo. Inversamente, o investigador, consciente de que parte de uma problemática teórica previamente construída, que tece configurações específicas do fenômeno, abre-se para o que há de incompreensível na alteridade pertinente ao objeto. O sujeito é criador do fato social, mas a prática do racionalismo aplicado torna-o lúcido para saber que, ao perscrutá-lo, comunga com o risco de perder-se em caminhos com grau zero de familiaridade que não apenas reconfiguram o fenômeno, mas resultam em elementos potencialmente transformadores do próprio sujeito, tornando-o outro, visto que incorpora em si sensibilidades e formas de apreensão que não aquelas já cristalizadas. Com efeito, o racionalismo preconizado por Bachelard: “É um estado de surpresa efetiva perante as sugestões do pensamento teórico.”⁴⁰ Discernimos aqui a inserção do *não* bachelardiano que assegura a mobilidade, o risco e a diferença viabilizando a incorporação do ainda não pensado na construção científica. Foucault mostrou-se deveras lúcido contemplando o potencial transformador dos caminhos do saber ao vislumbrar que “É a curiosidade - em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, *mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição do conhecimento e não de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão do saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.*”⁴¹ No registro bachelardiano essa curiosidade não é outra que não a curiosidade da razão que a induz ao *não*, à contestação, à reconstituição de si, cuja energia e criatividade provêm justamente dessa força dinâmica imanente à condição humana, qual seja, a imaginação.

Em face disso as considerações de Santos que reconhecem no paradigma bachelardiano um tipo de razão que só assume o que considera relevante, desdenhando o

⁴⁰ BACHELARD, G. *Le Nouvel Esprit Scientifique*, p. 175

⁴¹ FOUCAULT, Michel. O Uso dos Prazeres, In: *A História da Sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 13, Vol. II, grifo nosso

irrelevante, não pode ser aqui contemporizada. É certo que a construção teórica delimita o que deve ser inquirido empiricamente, todavia, o racionalismo aplicado é justamente aquele que logra a intermediação entre pensamento e experiência de modo que ambos possam se transfigurar concomitantemente, possibilitando a ascensão do novo, do ainda não pensado. A *filosofia do não* é justamente aquela que propicia o encontro das diferenças. O *não* bachelardiano não denega a novidade, as questões perturbadoras, e muito menos tem como diretriz um princípio que o induza a reconhecer unicamente aquilo que considera legítimo. A razão surracional tem como norte de persecução a crise e a instabilidade, não a harmonia ou a identidade.

Por outro lado, à afirmação de Santos segundo a qual o discurso científico em Bachelard é desprovido de imaginação, poderíamos contrapor as considerações de Hyppolite, para quem, a superação dos instantes isolados em Bachelard só é possível mediante a capacidade de imaginar e ao desejo de atribuir sentidos inauditos seja na ciência ou na poética. Esse argumento de Santos também é contestável quando reconhecemos que a ciência, no paradigma bachelardiano, ao romper com a percepção, incrementa a presença da imaginação no pensamento científico, que deve insuflar a razão de inquietude, de descontentamento e do desejo de abertura que permite ao pensamento, no dizer foucaultiano, separar-se de si e lograr o desconhecimento do sujeito que conhece.

Faz-se pertinente lembrarmos que, ao tematizar o pensamento de Bachelard, constatamos a radicalidade com que ele separa as duas esferas da condição humana, aquela propensa à exatidão conceitual, à verificação, ao plano conceitual e a outra, o universo onírico, das sombras e da imaginação propriamente dita, por meio da qual é possível enveredar pela criação e pelos descaminhos do irreal. Não obstante, foi também problematizado a importância da imaginação para essa razão polêmica que norteia a epistemologia de Bachelard, que visa a expulsar as imagens e as metáforas do pensamento científico, mas não impede que encontremos poesia nele, posto que quem diz razão não diz lógica pura, visto que ciência e poética se alimentam das mesmas fontes. Em face de tal coincidência o pensamento científico pode ir além do razoável, além de si e de seus logros, perspectivar o futuro e desejar o inaudito, o *não*, o ato criador. Ademais, Bachelard foi contundente ao reiterar a precedência do conhecimento poético sobre o conhecimento racional dos objetos, ou ao postular que a claridade do *eu vejo* tem como anterioridade a obscuridade do *eu sinto*. Em busca de uma profunda

unidade do ser humano que engloba o racional e o poético, o filósofo concebe que a ciência, não obstante objetive pulverizar do pensamento o assédio da imaginação e mantenha seu vínculo primordial com a razão e com a objetivação, associa-se também ao irreal, uma vez que nada pode ser conhecido sem antes ter sido sonhado e que as imagens poéticas são anteriores às idéias. Afirmações que, no registro aqui perfilhado, são coextensivas à sociologia.

Sob esse prisma, poderíamos vislumbrar não apenas na epistemologia, mas, inclusive, na reflexão bachelardiana acerca da imaginação criadora, elementos para pensarmos a sociologia. Se lembrarmos que compete à imaginação deformar as imagens oriundas do real perceptivo logrando a ruptura - seja na ciência, seja na poética - a sociologia não excede a regra. Noutros termos, a construção do fato social, do problema, da teoria, não corresponde a uma reprodução do real, mas ao esforço de ultrapassá-lo. Conseqüentemente, a construção sociológica implica a transgressão e o exercício dessa faculdade, designada por Bachelard como sobre-humanidade, a qual nos insere em processos de desrealização do mundo e na aventura de corporificação do irreal, com a consecução de conceitos não coincidentes com a realidade naturalmente percebida. Inferimos, enfim, que à sociologia convém livrar-se dos hábitos pertinentes à prática da ocularidade.

O papel de demiurgo, tantas vezes celebrado por Bachelard, é passível de ser exercido também na ciência do social. A realidade social é provocadora e induz o sujeito-sociólogo à recriação, ao pensamento dinâmico. Assim, a construção sociológica é também uma conquista, uma atuação ofensiva sobre o mundo. Requer, portanto, a associação entre imaginação, trabalho e vontade, visto que o mundo que se oferece ao propósito sociológico resiste à construção que visa a transfigurá-lo, a agir sobre ele. Ao ser concebida como produto da imaginação criadora, como saber mobilizado pela abertura e pelo pensamento dinâmico, a sociologia é impulsionada a dizer não ao já canonizado, engendrando realidades outras que não aquelas explicitadas nas evidências empíricas. Em última instância, a razão turbulenta e agressiva, essencialmente criadora, porque insuflada pelas mesmas fontes que norteiam os descaminhos da arte, ao adentrar o campo da ciência do social, inquieta o pensamento sociológico e viabiliza que ele se deixe desnudar em seus atributos poéticos. Numa terminologia bachelardiana, seria lícito supor que, norteada por uma razão outra, a razão surracional, que se propõe a trabalhar e a deformar o mundo sobre o qual se debruça, a sociologia deixa-se delinear enquanto

exercício do pensamento dinâmico e aberto que, ao se auto-equacionar, engendra caminhos inauditos, aspira à invenção. Também para a sociologia a realidade passa a ser o objetivo e não o ponto de partida. Ao impregnar a investigação sociológica, o desejo de criar faz da sociologia um saber em estado de devir e de abertura que almeja novos possíveis.⁴² A aventura é a meta e não a segurança dos pontos fixos, residam eles no sujeito ou no objeto.

Se o paradigma da ciência moderna caucionou-se em princípios que almejaram a exatidão, a expulsão da dúvida e do impreciso e encontrou sua melhor ilustração na metáfora arquitetônica - na qual os homens instituem uma racionalidade produtora de certezas que atua como parâmetro de mensuração, eximindo-se dos assédios do ilógico -, uma nova mentalidade científica, como Bachelard nos desvela em sua obra, associa a ciência a uma construção mais próxima da teia de aranha do que dos pesados edifícios arquitetônicos - idéia que insistimos em ratificar, à revelia das críticas de Santos. A associação entre construção científica e teia de aranha reflete a proeminência do sujeito na investigação, reivindica para a ciência o direito ao devir, ao espanto e à perplexidade, enfim, à incerteza e ao inexato. É Nietzsche quem nos remete a besta metáfora: *“Pode-se muito bem, aqui, admirar o homem como um poderoso gênio construtivo que consegue erigir sobre fundamentos móveis e como que sobre a água corrente um domo conceitual infinitamente complicado - sem dúvida, para encontrar apoio sobre tais fundamentos, tem de ser uma construção como que de fios de aranha, tão tênue a ponto de ser carregado pelas ondas, tão firme a ponto de não ser espedaçada pelo sopro de cada vento. Como gênio construtor o homem se eleva, nessa medida, muito acima da abelha. Esta constrói com cera que recolhe da natureza, ele com matéria muito mais tênue do conceitos, que antes tem que fabricar a partir de si mesmo.”*⁴³ Ao sujeito cognoscente da ciência do social, construtor por excelência de teias de aranha, não compete a transformação da sociologia em arte. Entretanto, convém a ele reconhecer que a construção do objeto não requer a constatação, a ratificação do evidente, ou tampouco, as

⁴²A literatura de Musil vem ao encontro da imaginação tal como figurada na obra bachelardiana: *“(...) o possível não abrange apenas os sonhos de pessoas de nervos fracos, e sim os desígnios divinos ainda desconhecidos. Uma experiência possível, ou uma verdade possível, não são iguais à experiência real e verdade real menos o valor da realidade; ao contrário, ao menos do ponto de vista de seus seguidores, têm em si (...) um fogo, um vôo, um desejo de construção e uma utopia consciente, que não teme a realidade, mas a trata como missão e invenção.”* MUSIL, Robert, **O homem sem qualidades**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989, p. 14. Grifo nosso

⁴³ Nietzsche, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 49, grifo nosso

construções perenes, mas construções maleáveis e provisórias que inaugurem realidades inauditas. É pueril afirmar que a sociologia deve incrementar o uso da imaginação tornando-se capaz de instaurar registros inéditos, de perspectivar a diferença, a surpresa, de criar problemáticas e metodologias ainda não sancionadas pela tradição? Talvez. Mas se nos voltarmos para o estreitamento inerente a certas práticas sociológicas - notadamente aquelas criticadas por Bordieu que primam pela sacralização de métodos fixos e do empírico - veremos que é justamente a inventividade que acaba minguando, quando não exaurindo-se na sociologia. Esse procedimento perpetua o fascínio por uma ciência do social sem sujeito, que não sofreu a revolução psíquica dos novecentos. Configura-se, enfim, uma sociologia que - diversamente do que assevera Bachelard acerca da ciência - não é fruto do desejo e, portanto, incapaz de criar.

Afinal, nunca é demais salientar que não são as pretensões objetivantes do saber que dão conta dos fenômenos sociais. Inversamente, são os sujeitos que produzem conexões possíveis entre acontecimentos a partir de suas premissas particulares, como diria Weber. Por conseguinte, a subjetividade criadora não é regida por uma logicidade irreduzível mas, como o expressa Castoriadis: “Existe também um poder criador do sujeito (...). E o sujeito só pode fazê-lo (criar e conhecer) porque ele é também e sobretudo imaginação radical, potência apresentadora virtualmente comunicável - figurável e dizível. Ele não poderia fazê-lo por meio de sua razão - *quando desvinculada da imaginação acrescentemos* - ou de seu entendimento, pois esses podem forjar e controlar, sistematizar ou deduzir, mas não podem instaurar nada que seja novo e tenha um conteúdo.”⁴⁴ Gaston Bachelard assevera que o alcance da mudança e da diferença não pode prescindir do ato de imaginar. A coragem de agir e de criar nos induz à abertura, à perspectivação do novo, à desrealização do real, enfim ao cultivo da imaginação sociológica que liberta o sociólogo da condição de técnico ou de burocrata e o transforma em um pensador perspicaz, um criador sensível à grande tarefa do pensamento, em relação à qual se mostra lúcido o poeta: “*Le travail qui fait vivre en nous ce qui n'existe pas.*”⁴⁵

Para Bachelard a imaginação visa a um porvir por meio do qual podemos nos evadir das pesadas estabilidades e imaginar equivale a ir além das evidências, a

⁴⁴ CASTORIADIS, Cornelius. **A Encruzilhada dos Labirintos II**, p. 466

⁴⁵ Valéry, Paul. *Poésie et Pensée Abstraite*. In: **Oeuvres**. Ed Pléiade, Paris, Gallimard, 1957, vol.I, p.1324

transgredir a realidade que se oferece à percepção, a ir além do real dando forma ao inexistente seja na ciência, seja na arte, seja na sociologia.